



Anais da Assembléia

N.º 83

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28 DE AGOSTO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 70.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 1985.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pela Senhora Deputada Amélia Hruschka e pelo Deputado Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Aníbal Khury, Quielse Crisóstomo, Flori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtom Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o douto Plenário, REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 102/85, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão especial à escritora MARIA NICOLAS.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de lei n. 170/85, que dispõe sobre a extinção da carreira de Agente de Segurança, passando seus ocupantes a integrar a classe inicial da Carreira de Detetives e dá outras providências. Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, conforme me faculta o Regimento Interno, inclusão na Ordem do Dia 19 do corrente, do Projeto de Lei n. 25/85, de autoria do Poder Executivo, que adota providências legais para o CONSELHO PARANAENSE DE TURISMO, com nova composição e melhor definição, passe a integrar a estrutura de Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte e, também, cria o CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da PARANATUR.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, conforme lhe faculta o Regimento Interno da Casa, REQUER, ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia de 29 do corrente mês, do Projeto de Resolução n. 58/85, que cria a "Assessoria Cultural da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná", conforme especifica.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja reincluído na Ordem do Dia o Projeto de Lei n. 85/84, que dá nova redação ao art. 1.º da Lei Complementar n. 16, de 09 de julho de 1982.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(aa) MÁRIO PEREIRA,

NILSO SGUAREZI e

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento em Curitiba, aos 60 anos de

idade, do Professor ALTAYR DOS SANTOS CAVALI, deixando viúva a Senhora Maria da Veiga Cavali, um filho e netos. O extinto era bacharel em Direito, tendo lecionado na Universidade Católica do Paraná desde 1959, tendo ainda sido Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Católica do Paraná. REQUER ainda, que da decisão desta Casa, seja cientificada a família enlutada.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido na ata dos Trabalhos, de hoje, um voto de profundo sentimento, pela morte do Senhor Francisco Guimarães Martins, ex-funcionário público estadual e ex-chefe da Agência de Rendas da cidade de Douradinha - PR, localidade onde viveu seus últimos anos de vida, sendo que à ela dedicou grande parte de sua existência. Nessa sociedade que em vida ajudou estruturar, deixou indelévelmente a sua marca de cidadão honesto, grande amigo e pai exemplar. Com muita responsabilidade e dedicação foi seu representante como Vereador e como Presidente da Câmara Municipal, condições em que foi um dos mentores da sua Emancipação Política. Desta forma a sociedade de Douradina pranteia seu querido filho cuja morte deixou uma irreparável lacuna.

REQUER, outrossim, que da decisão seja dada a devida ciência aos familiares do extinto, aos cuidados da Agência de Rendas local.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar à Família do Vereador João Osni Strapassoni, pelo falecimento de sua mãe Senhora Lúcia Esprícia Strapassoni, ocorrido no dia 27 do corrente, na cidade de Quatro Barras.

Outrossim, REQUER ainda, que da decisão da Mesa seja dado ciência à família enlutada e à Câmara Municipal da cidade de Quatro Barras.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a consignação

na ata dos Trabalhos de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Doutor RUI VIRMOND MARQUES, ex-Prefeito de Guarapuava, ocorrido dia 27 de agosto, nesta Capital.

Da decisão da Casa, solicite seja dado ciência a família enlutada à R. Dom Pedro, 413 - Ap. 107.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O extinto era cirurgião dentista e professor do ensino médio (aposentado), deixando viúva a Senhora NARCISA MARCONDES MARQUES, e dois filhos: Ruy Carlos Marcondes Marques e Ana Carolina Marques de Almeida.

O Doutor Ruy Virmond Marques deixou grande lacuna não apenas entre seus familiares como às pessoas de seu vasto círculo de amizades, nesta Capital e no Município de Guarapuava onde foi Prefeito Municipal.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata da presente sessão, voto de pesar pelo falecimento do Doutor RUY VIRMOND MARQUES, ocorrido nesta Capital, no dia 27 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(a) TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do Doutor Ruy Virmond Marques enluta a sociedade guarapuavana. Cirurgião dentista por formação, foi no magistério que se realizou, pois como professor de largos recursos e conhecimentos, soube granjear a amizade e a admiração de seus ex-alunos. Como político, sempre esteve ao lado e lutando pelos ideais democráticos.

Pede-se ciência à família do extinto, a qual reside nesta Capital à Alameda D. Pedro II n. 413.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, que se registre nos Anais deste Poder, voto de pesar pelo falecimento da Senhora FRANCISCA INOMATA, ocorrido em data de ontem. Que, da decisão, se dê conhecimento à família enlutada, por intermédio do Vereador Otávio Myake, da Câmara Municipal de Santa Izabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade isabelense foi abalada com o desaparecimento inesperado da Senhora Francisca Inomata. A família Inomata, capitaneada pelo Senhor Haruo Inomata é uma das pioneiras do Município de Santa Izabel do Ivaí, que apresenta, como destaque e como importante esteio de seu desenvolvimento, numerosa colônia nipônica.

Dedicada ao comércio e à agricultura, os Inomata são merecedores do respeito e da admiração de toda a população de Santa Izabel do Ivaí e, por isso, é mister que este Poder se associe àquela gente nestas horas de tristeza e luto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, o registro nos Anais da Casa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor FRANCISCO MARTINS GUIMARÃES, ocorrido no dia 26 de agosto de 1985, na cidade de Douradina - Paraná.

O extinto foi presidente do Diretório Municipal de Douradina, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, e, sua morte consternou a todos que o conheciam como pessoa de destaque naquela sociedade onde prestou relevantes serviços.

REQUER, também que da decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada, à Rua José Bonifácio, 360 - Douradina - Paraná - 87.488.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(a) NELSON VASCONCELLOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor ALTAYR DOS SANTOS CAVALLI, ocorrido dia 26 de agosto corrente, nesta Capital.

Da decisão da Casa, REQUER seja dado ciência à família enlutada - Alameda Doutor Muricy, 30 Ap. 91-B1-A, e à Direção da Universidade Católica do Paraná.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O extinto era Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Católica do Paraná, onde iniciou suas atividades como Professor no dia 1.º de março de 1959.

Na juventude principiou como modesto funcionário da Estrada de Ferro, antiga Rede Viação Paraná Santa Catarina, de onde

tirou grande proveito para a conquista de seus ideais como bacharel em direito.

O ilustre mestre, desempenhou inúmeras funções junto à Universidade Católica do Paraná, sendo considerado como o diretor justo e ponderado, professor talentoso e cidadão exemplar, deixando lacuna não somente no seio de seus familiares como da Universidade Católica.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que subscrevem o presente de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUEREM À MESA, ouvido o Plenário, a formação de uma Comissão de Deputados do eixo Umuarama - Cambará, visando contatos com o Excelentíssimo Senhor Afonso Camargo, Ministro dos Transportes, para reivindicar a conclusão do trecho ferroviário Maringá - Guaíra, bem como, o retorno do trem de passageiros no trecho Cianorte - São Paulo, além de solicitar estudos preliminares para a construção da rodovia ligando Maringá à Faxinal dos Mendes, a construção de uma ponte ligando ligando o Paraná ao Mato Grosso do Sul e outros assuntos de interesse das comunidades do citado eixo.

Requeremos, ainda, sejam mantidos contatos com os Senhores Prefeitos e Câmara de Vereadores, desses setores, comunicando a formação desse Comissão e sugerindo aos mesmos a importância de que também se façam presentes à audiência, através de um representante do Executivo, um do legislativo Municipal, além, é claro, dos Deputados Estaduais e Federais, dessas regiões, que se farão presentes.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(aa) FERRARI JÚNIOR

DIRCEU MANFRINATO

TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, na forma regimental, a consignação de um voto de regozijo à Diretriz Editorial pela passagem do 6.º aniversário de fundação da revista "Quem".

Do presente, requeiro se dê ciência ao jornalista Carlos Jung.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER apelo feito ao Governador José Richa, para solucionar questão de salário das Professoras conveniadas de Paranaguá.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A qualidade do ensino deve ser estimulada pelo Governo. Principalmente no primário onde o aluno adquire a base dos conhecimentos para poder ter um desempenho

melhor nas etapas posteriores.

Muito se tem falado na evasão escolar, nos alarmantes índices de repetição e no desestímulo dos alunos em frequentar as escolas públicas.

Qualquer iniciativa que se tome para melhorar as condições de ensino não pode estar dissociada da tarefa do professor. É questão essencial em toda a discussão que se faça em torno do assunto.

Pergunto aos Senhores Deputados: uma pessoa que recebe mensalmente apenas trinta mil cruzeiros tem condições de ter um bom desempenho no seu trabalho ou ficará sujeita às preocupações de sua sobrevivência? E, ainda mais, se tal assalariado exercer uma atividade intelectual?

Lamentavelmente é isto que está ocorrendo com as professoras conveniadas de Paranaguá. Elas recebem apenas o salário-mínimo.

As professoras já tiveram reuniões com diversas autoridades e agora foram fazer um apelo ao Vereador Jorge Levi e a este Parlamentar. As reivindicações das mestras paranguaras não tiveram êxito.

Senhor Presidente:

Não é justo que o Governo do Estado não dê soluções para uma questão como esta. Ainda mais ao se considerar que entre professores e auxiliares de serviços gerais em Paranaguá, o número é de apenas duzentos e trinta pessoas.

Evidentemente que a solução para este grupo minoritário não irá provocar a sangria dos cofres públicos mas fazer justiça com as professoras.

Quando nos referimos a questão de justiça é para lembrar que para trabalhos iguais o salário deve ser igual. As professoras do quadro do Magistério percebem 2,2 salários mínimos enquanto que as conveniadas apenas um salário, e todos sabemos que não é suficiente para as mínimas condições de sobrevivência de uma pessoa.

Diante de tal quadro fazemos um apelo ao Governador José Richa que determine para a Secretaria da Educação que dê uma solução imediata para as professoras de Paranaguá pois é inadmissível que num Governo participativo se registrem distorções dessa ordem, principalmente envolvendo uma categoria como a do magistério.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(a) NELSON BUFFARA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Sr. Antônio Cândido Silveira Pires, Superintendente da SUDESUL, pleiteando a instalação de um departamento daquele órgão em Maringá.

Justifica o Vereador Jorge Vieira do Prado, que a SUDESUL em Maringá teria

atuação idênticas as exercidas pelos escritórios regionais de Curitiba e Florianópolis, contando com um corpo diretivo próprio.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando a construção de uma ponte sobre o Rio Fortaleza, ligando a localidade de Santo Amaro à sede do Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Tibagi tem contribuído sensivelmente para com o Estado no que refere-se à agropecuária, e a comunidade de Santo Amaro, pela sua localização e também por concentrar em torno de si, grandes áreas rurais, e ser estritamente agrícola, obtendo na sua produção de verão o montante de duzentos e setenta e duas mil sacas e na produção de inverno estimada em quatro mil hectares de trigo plantado, e para que se possa prosseguir o escoamento dessa safra, é de vital importância que seja construída a ponte ora pleiteada.

Outrossim, informo que a referida ponte existente no local é deficitária, provocando sérios acidentes, inclusive causando danos à produção, como também, propiciando riscos de vida, pois não há meio de deslocamento, a não ser por esse ponto de travessia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes no sentido da liberação de recursos de ordem financeira para a construção de uma ponte na Municipalidade de Moreira Sales.

A presente solicitação baseia-se em iniciativa do Excelentíssimo Senhor Doutor Aldenizio dos Santos Maia, que na condição de Prefeito Municipal de Moreira Sales, tem vivenciado as reais necessidades da população daquela região.

Neste sentido, no que se refere ao setor de transportes, a Administração local enfrenta algumas dificuldades. Entretanto, uma das maiores, fora de qualquer dúvida, é com respeito ao Bairro Tropical. A refe-

rida localidade precisa, com urgência, da construção de uma ponte. Mas, para tanto, é imprescindível a aplicação de um volume considerado de recursos financeiros, que a Prefeitura não dispõe em seus cofres públicos.

Ante a exposição de motivos, aguarda-se da Secretaria de Estado dos Transportes um pronunciamento favorável sobre o assunto em questão, determinando, neste sentido, a imediata liberação de recursos que permitam, efetivamente a concretização da presente solicitação.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, objetivando a liberação de cento e cinquenta carteiras escolares para o Colégio Estadual João D'Oliveira Gomes - Ensino de 1.º e 2.º Graus, localizado na Municipalidade de Campo Mourão.

Tendo em vista o estado precário que se encontram muitos móveis, vários deles sem condições de reforma, o Colégio Estadual João D'Oliveira Gomes, tradicional e conceituado estabelecimento daquela região de Campo Mourão, está precisando, com urgência, de pelo menos cento e cinquenta novas unidades de carteiras escolares, uma vez que corre-se o risco de alunos não terem onde sentar.

Por tratar-se de uma justa reivindicação, que é de iniciativa do Ilustríssimo Senhor Diretor daquele educandário, Professor Joani Teixeira, espera-se o seu pronto atendimento por parte da FUNDEPAR e Secretaria de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública no sentido de que seja destinada uma viatura devidamente equipada para a delegacia de polícia existente na Municipalidade de Peabiru.

Por muitas vezes o trabalho relativo à manutenção da ordem pública no Município de Peabiru, assim como na sua região, fica comprometido. Tal situação deve-se ao fato de que o organismo policial lá existente

não contar com mecanismos pelos quais ele possa agir com mais eficácia e rapidez.

Fora de qualquer dúvida, a delegacia de polícia, atualmente, precisa, o mais urgente possível, que seja-lhe destinada uma viatura policial equipada, conforme constatação feita pelo Ilustríssimo Senhor João Maria Camargo, conceituado cartorário e antigo morador de Peabiru, o responsável pela presente reivindicação.

É de capital importância que a Secretaria de Estado da Segurança Pública, através de ações concretas, ponha fim ao problema aqui relatado, permitindo, desta maneira, que condições possam existir em termos de operacionalidade por parte da delegacia, garantindo a necessária tranquilidade ao conjunto da população de Peabiru.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social encarecendo o aumento da cota de remédios atualmente destinada a atender a Municipalidade de Peabiru.

A presente solicitação é formulada baseando-se em manifestação feita pelo Ilustríssimo Senhor José Lúcio Pedrezini, que como Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o mesmo tem recebido por parte da população inúmeras reclamações com relação a falta de muitos tipos de medicamentos, particularmente para os casos considerados mais especiais.

Com isto, naturalmente quem mais efetivamente sofre são as pessoas de menor poder aquisitivo ou as carentes, que, inclusive, têm vivenciado alguns transtornos.

Neste sentido, o apelo do Presidente do PMDB local é para que essa pasta, num menor prazo possível, resolva a questão, determinando, deste modo, o aumento da cota de remédios para o Município, compatível com as reais necessidades verificadas.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças en-

carecendo a instalação de um telefone na agência de rendas existente na Municipalidade de Mamborê.

A iniciativa da presente solicitação, conforme ofício neste sentido, é de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Mamborê. Segundo o Excelentíssimo Senhor Ivo Brunetta, Chefe do Executivo local, a instalação de um telefone na referida agência de rendas daquela cidade é de fundamental importância, visto que, através deste meio de comunicação, será possível agilizar os trabalhos pertinentes àquela repartição pública.

Diante da exposição de motivos, espera-se que a Secretaria de Estado das Finanças concretize o que, neste momento, é reivindicado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido do aumento da cota de combustível para atender a Delegacia de Polícia localizada na Municipalidade de Peabiru.

Atualmente a cota que essa Pasta destina em termos de combustível para a Delegacia de Polícia no Município de Peabiru não tem sido suficiente para atender às suas verdadeiras necessidades. Por muitas ocasiões o referido organismo de segurança tem ficado impossibilitado de desenvolver um trabalho à altura do porte da cidade, assim como na região.

O Ilustríssimo Senhor José Lúcio Pedrezini, Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, é que tem demonstrado, também em nome da Executiva da referida Agremiação Partidária, sua preocupação ante as dificuldades enfrentadas nos dias de hoje pela delegacia peabiruense.

Desde modo, face à exposição de motivos e objetivando proporcionar maior tranquilidade e segurança ao povo laborioso da cidade de Peabiru, aguarda-se, por parte da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o encaminhamento de medidas que venham, efetivamente, de encontro aos reclamos do Diretório do PMDB; determinando o aumento da cota de combustível.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano

Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social visando a realização de estudo objetivando avaliar as reais possibilidades de efetuar a doação de uma ambulância devidamente equipada para a Municipalidade de Peabiru.

Fora de qualquer dúvida, trata-se de uma antiga e, sobretudo, justa reivindicação. A doação, por parte da Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, de uma ambulância devidamente equipada, deverá ser destinada ao atendimento de inúmeros contingentes de pessoas que não dispõem de quaisquer condições financeiras que permitam condicionar tratamentos de saúde quando os mesmos precisam realizar-se em outros centros urbanos.

Muitos são os transtornos que estão ocorrendo constantemente, sem que praticamente nada se possa fazer, e, quando muito, as medidas que existem com relação ao assunto são apenas e tão somente ações meramente paliativas.

Diante de tal situação, torna-se imprescindível procurar resolver a questão. Deste modo, por iniciativa da Câmara Municipal de Vereadores, através do seu presidente, o Excelentíssimo Senhor Zigmundo Mroczek; e o Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, através do seu Presidente, o Ilustríssimo Senhor José Lúcio Pedrezini, a solução do problema se dará em muito com a doação de uma ambulância para a Municipalidade. Ademais, o referido veículo, além de prestar auxílio no Município, em muitos casos desenvolverá trabalhos de assistência também na região.

Face ao exposto, aguarda-se da Pasta um pronunciamento favorável sobre o assunto em tela, através da adoção de medidas práticas que possibilitem a concretização da presente proposta.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Superintendente da EMOPAR-Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, encarecendo a realização de reformas gerais na delegacia de polícia localizada na Municipalidade de Peabiru.

A presente solicitação é de iniciativa do Ilustríssimo Senhor José Pompílio Braga, antigo morador da cidade, este tem demonstrado reiteradamente sua preocupação

com relação ao estado das instalações da delegacia de polícia, que simplesmente apresenta várias precariedades, notadamente com relação ao sistema de esgoto e de energia; forro e cobertura danificados e paredes precisando de pintura.

Neste sentido, espera-se da EMOPAR e Secretaria de Estado da Administração o encaminhamento de medidas que possibilitem, num menor prazo de tempo possível, atender a presente solicitação.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o soberano Plenário, que seja encaminhada ao Senhor Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro OTÁVIO MOREIRA LIMA, expediente solicitando a concessão de uma Ponte Aérea ligando CURITIBA/ SÃO PAULO/CURITIBA pelo aeroporto de Congonhas.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(a) JORGE MAIA FILHO.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a situação hoje criada com a abertura do Aeroporto de Cumbica, e o fechamento do Congonhas para os voos domésticos, esta acarretando uma série de problemas aos Senhores empresários e outros usuários deste transporte.

Devido a grande distância do centro da cidade, como também as despesas que os mesmos terão, isto é, sem contar com fator tempo, pois os usuários terão de passar mais tempo dentro de um carro, do que dentro de um avião, que para percorrer a distância de 80 Kms (Ida e Volta), que compreende o Aeroporto ao centro da cidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a aprovação do Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores DILSON FUNARO, Ministro da Fazenda e FERNÃO BRACHER, Presidente do Banco Central do Brasil, reiterando solicitação anterior, sobre a necessidade de criação de Agências do Banco do Brasil nos seguintes municípios deste Estado: Santa Fé, Juranda, Pranchita, Nova Santa Rosa, Missal, Diamante do Norte, Tupãssi, Três Barras do Paraná, Paulo Frontin, Renascença e Curiúva.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Os Municípios nominados são todos cre-

denciados a formularem tal reivindicação, demonstrando viabilidade econômico-financeira com elevados índices ostentando na exploração comercial, industrial e, em especial na agropecuária.

Serão inquestionáveis os benefícios que essa Agência Bancária trará ao Progresso das regiões beneficiadas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes ao Excelentíssimo Governador de Estado e ao Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, dirigindo-lhes veemente apelo no sentido de serem atendidas, com urgência, as reivindicações da Associação Hospitalar e Assistencial Bom Jesus dos Perdões, mantenedora do Hospital Brigadeiro Eppinghaus de Guaraqueçaba de modo a ser evitado o encerramento das atividades do referido nosocômio, previsto para 31 de outubro de 1985, caso até esta data não sejam liberados recursos para cobertura de encargos.

Cabe ressaltar que o estabelecimento hospitalar em tela é o único daquela cidade e atende, já há mais de 10 anos, vasta região extremamente carente de assistência gratuita a seus habitantes. Foi construído pela iniciativa de um idealista religioso, pelo apoio da Força Aérea Brasileira e ampliado há alguns anos com recursos estaduais. Nenhuma vantagem é aferida pelos dirigentes da entidade mantenedora declarada de utilidade pública por Lei Estadual e formada por eminentes e dedicados batalhadores pela causa do bem. Os poucos recursos sempre foram destinados para a compra de material e pagamento de pessoal. Isto agora, tornou-se impossível diante do estado de pré-insolvência, causado pela ausência de pagamentos da maior parte dos pacientes, caracterizados pela pobreza.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Richa, Governador do Estado do Paraná, e à Senhora Professora Gilda Poli Rocha Loures, Secretária de Estado da Educação, solicitando estudos no sentido de se implantar o curso do Magistério no período noturno em Maringá, conforme justificativa do Vereador Nereu Vidal Cezar, Presidente da Câmara Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

TEOR DO REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

CONSIDERANDO que Maringá polariza um dos maiores centros regionais, no interior do Estado do Paraná, para onde se deslocam as pessoas, em sua maioria, para a solução dos mais diversos problemas:

CONSIDERANDO que a evolução da Fundação Universitária Estadual de Maringá, pelo elevado número de estudantes radicados em outras cidades, deixa caracterizado o grande afluxo de pessoas à cidade na conquista da educação;

CONSIDERANDO que, diante da posição geográfica de Maringá, há necessidade de maiores investimentos, nos mais diversos setores, mormente no que se refere à Educação, para que o Município tenha condições de acolher satisfatoriamente a todos;

CONSIDERANDO que inúmeros jovens radicados em Maringá e região gostariam de cursar o Magistério, todavia lhes tem sido vedado esse direito em decorrência do trabalho, visto que os restritos cursos de Magistério, existentes nesta cidade, funcionam exclusivamente na parte diurna, constituindo-se, assim, portanto um curso reservado aos mais privilegiados, que independem do exercício de uma profissão para a própria sobrevivência.

CONSIDERANDO que o curso de Magistério, em Maringá, através da rede estadual, vem sendo executado através dos educandários Escola Estadual Branca da Mota Fernandes e Instituto Estadual de Educação e, pela rede particular, destaca-se a existência de apenas o Colégio Santo Inácio, o que, pelo elevado número do Corpo Discente, se caracteriza grande escassez desse curso.

CONSIDERANDO que, diante de uma simples análise demográfica de Maringá, constar-se-ia a existência de uma má distribuição do ensino atinente ao curso de Magistério, com uma vasta região urbana totalmente desprovida de tão importante disciplina escolar. E o reflexo dessa falha estampa-se na dificuldade daqueles que conseguem vagas, sendo que a maioria se vêem obrigados a caminhar longa distância.

CONSIDERANDO que, por ser o Magistério um curso profissionalizante, tem havido grande procura, sobretudo se funcionasse durante a noite, o que viria beneficiar àqueles jovens que atuam nas mais diversas profissões, no comércio local, e que, portanto, lhes tem sido vedada a frequência aos estabelecimentos de ensino que atuam com essa disciplina, mormente por ser diurnos;

CONSIDERANDO que, com a expansão demográfica, há tempo Maringá vem necessitando de novos estabelecimentos de ensino da re-

de estadual para acolher, de uma maneira mais condigna, a ascendente classe discente, fato que vem ferindo o atual sistema pedagógico com excessivo número de alunos, nas salas de aula e a instalação do curso de Magistério, durante à noite, além de solucionar tal deficiência parcialmente, virá, sem dúvida alguma, satisfazer aos anseios de tantos que almejam cursar o Magistério, durante a noite;

CONSIDERANDO que há alegação justificando a impossibilidade de seu funcionamento, durante a noite, diante da ausência do curso de 1.º grau, até a quarta série, no mesmo período, para a prática do estágio, o que não se constitui em justificativa convincente, porquanto poderá impor certa alteração nessa sistemática e ou, em última hipótese, o estágio passaria a se realizar em períodos diurnos, em outras escolas, sem prejudicar o efeito da disciplina, mormente porque o estágio abrange pequeno espaço de tempo, cujo transtorno seria altamente compensado pela grande oportunidade de se desenvolver esse curso, durante a noite, em benefício de inúmeros jovens pretendentes.

Diante do exposto, o adiante firmado, Vereador com assento na Câmara Municipal, no uso de suas atribuições, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja endereçado ofício aos Exmos. Srs. Governador do Estado e Secretária de Estado da Educação solicitando-lhes urgentes providências no sentido de implantar, na rede estadual de ensino, mais um curso de Magistério, nesta cidade, em atenção a inúmeras reivindicações.

Sala das Sessões, aos dia 02 do mês de abril do ano de 1985.

(a) NEREU VIDAL CEZAR
Vereador Autor

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Ilmo. Sr. Gilberto Garbi, Presidente da TELEPAR, solicitando estudos no sentido de se ampliar o número de terminais telefônicos, para o Município de Atalaia.

Esta é uma solicitação do Senhor Eng. Claudomiro Siroti, Prefeito do Município, que justifica dizendo que no município urge a instalação de no mínimo mais 100 aparelhos e, que desde há muito se faz necessário, contudo não foi feliz em outras solicitações anteriormente feitas.

Sala das Sessões, em 28/08/85.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Gilberto Geraldo Garbi, Digníssimo Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um Posto Telefônico na localidade de Torres Canavial, no Município de Ivaí, conforme abaixo-assinado de moradores daquela região, cuja cópia segue anexo.

Sala das Sessões, em 28/08/85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Torres Canavial, situada no Município de Ivaí, é uma das mais prósperas da região, e carece de um Posto Telefônico.

A TELEPAR, conforme Boletim Informativo do Plano Direto de Telecomunicações Rurais 1985, que recebemos, já possui a tecnologia necessária para a instalação de Sistema Rádio Monocanal, utilizando Bateria Solar, para atendimento coletivo de núcleos rurais.

O abaixo-assinado reivindicando tal benefício, por si só demonstra o interesse da população de Torres Canavial em ser atendida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de ofícios aos Excelentíssimos Senhor JOSÉ RICHA, Governador do Estado, LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, Secretário de Segurança Pública e JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER, Secretário da Administração, solicitando-lhes sejam ultimados os estudos que tratam da Regulamentação de Promoções e Acesso de Servidores Policiais Cíveis do Estado.

Sala das Sessões, em 28/08/85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Temos acompanhado o excelente trabalho desenvolvido pelo Secretário de Segurança do Estado.

Parte dos resultados obtidos por aquela Pasta, devem ser atribuídos à dedicação dos Policiais Cíveis.

No momento, está sendo elaborado o Regulamento de Promoções e Acesso dos referidos servidores, que aguardam com ansiedade o término dos trabalhos.

Com a edição dessas normas, será agilizado o processamento desse direito, em benefício dos policiais.

Cientes dos critérios a serem adotados pela administração, novos incentivos poderão surgir para o melhor desempenho funcional dos interessados, e, conseqüente-

mente, da população de nosso Estado.

Assim sendo, esperamos que, em breve, os estudos sejam ultimados, a fim de que esse justo anseio possa ser concretizado, premiando inclusive, o inegável esforço desenvolvido pelas diversas Associações representantes da classe neste sentido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expedientes, encapando cópias do Manifesto da ATAEPAR - Associação dos Técnicos Agrícolas do Paraná - às seguintes autoridades: Ministro de Estado da Agricultura, Secretário de Estado da Agricultura e Presidentes da Federação da Agricultura do Paraná e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná.

Sala das Sessões, em 28/08/85.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Muito mais que um manifesto, o sério e oportuno posicionamento da ATAEPAR - Associação dos Técnicos Agrícolas do Paraná, é um autêntico alerta que precisa ser ouvido com a maior atenção e com urgência urgentíssima pelas autoridades brasileiras, notadamente as que arcam com as responsabilidades de direcionar a política de consumo e econômica da Nação.

Chama-nos em muito a atenção o teor de um manifesto subscrito por uma entidade classista, justamente por não ser, como o são sistematicamente, de objetivo reivindicatório. Nele, observamos com justa admiração, de parte do órgãos de representação dos técnicos agrícolas paranaenses, extremado zelo e preocupação com uma triste e sombria perspectiva que já começa a pairar nos milhões de lares brasileiros. A propósito, é válido lembrar a profecia de Geraldo Vandré, aquele brasileiro que o regime putrefacto, mas insepulto, condenou ao exílio e à loucura: "...pelos campos a fome em grandes plantações...". No documento, prevendo crise na oferta de alimentos, a ATAEPAR atesta os ínfimos índices de produtividade, desgraçadamente decedentes à cada safra.

Ora, sabemos que somente na região Nordeste do nosso País, existem cerca de 70% das famílias sobrevivendo com a renda mensal inferior a dois salários-mínimos. São cerca de 25 milhões de pessoas que assim vivem, em verdadeiras condições de pobreza absoluta, além de que a alimentação de cerca de 30 milhões de pessoas, somente nos Estados do Nordeste, não alcançam sequer 30% do mínimo de consumo de calorias recomendado pelos organismos internacionais. Nas periferias das grandes

ciudades, mesmo nas localizadas em meios aos campos de produção no Sul, a situação em quase nada difere da que ostenta o Nordeste.

Isto posto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, requeiro o sim desta Casa, para o envio, de imediato, de cópias do manifesto-relatório firmado pelos Senhores José Malikoski e João Teixeira da Cruz, respectivamente Presidente e Vice-Presidente da ATAEPAR, às autoridades nominadas não sem antes encarecer junto aos órgãos de imprensa para que dediquem vastos espaços para o trato, a análise e o endereçamento de sugestões que objetivem, a curtíssimo prazo, o afugentamento do fantasma da fome.

ATAEPAR

Associação dos Técnicos do

Estado do Paraná

Filiado a FENATA

Rua Mateus Leme, 990 - Curitiba - Paraná

Curitiba, 12 de julho de 1985

Ao Excelentíssimo Deputado

NILSO SGUAREZI

Assembléia Legislativa do Paraná

Nesta Capital

Senhor Deputado.

A Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado do Paraná - ATAEPAR, assim como as demais entidades existentes nos outros Estados da Federação, congregados pela FENATA (Federação Nacional das Associações de Técnicos Agrícolas) é um órgão representativo da classe dos profissionais Técnicos Agrícolas, estes anônimos batalhadores na Assistência Técnica aos produtores agropecuaristas deste Estado.

O Estado do Paraná, considerado um celeiro nacional, sendo o responsável por aproximadamente 25% da produção brasileira de produtos agropecuários, conta com 20 Colégios agrícolas (10 pertencentes a rede estadual e 10 estabelecimentos de ensino pertencentes a iniciativa particular), os quais formam aproximadamente 600 profissionais técnicos, por ano.

Apesar disso, a produtividade agropecuária brasileira é baixa.

Por que, então, a produtividade é tão pequena no Brasil?

Por que apenas 3% dos produtores brasileiros obtêm um nível satisfatório de produtividade?

Falta tecnologia e a assistência técnica é insuficiente.

Em 1981, existia 1 profissional para cada 500 produtores.

O que faz falta, então, é o pessoal qualificado. Técnicos que possam levar ao homem do campo o conhecimento e a ciência,

conquistando a produtividade e a fartura.

Essas dificuldades fazem a população rural brasileira se transferir para as cidades, em busca de vida melhor. Assim, no ano 2.000, segundo o IBGE, seremos 202.268.800 brasileiros, dos quais apenas 29,51% estarão no campo. Mas, ao mesmo tempo, nas cidades, as condições de vida vão se deteriorando.

Todo ano, as universidades formam milhares de jovens para um mercado de trabalho urbano saturado, incapaz de absorvê-los. Resultado: a cidade tem desempregados e subempregados sem perspectivas e o campo precisa de gente.

Atualmente as estatísticas governamentais estão anunciando que houve um aumento da população, nestes últimos cinco anos, de 3,2% ao ano e, paralelamente a esse crescimento, a produção de alimentos estagnou e, agora, será reduzida.

Agora a falta de alimentos, que poderá gerar consequências imprevisíveis, deixou de ser um prognóstico das cooperativas para se transformar num diagnóstico atestado pelos órgãos da administração governamental ligados ao setor agropecuário.

Estas últimas observações, constam da principal manchete do Jornal "Paraná Cooperativo", n. 150 do Órgão Oficial do Cooperativismo Paranaense, de novembro de 1984, assim impressa "A advertência das Cooperativas, de que os brasileiros teriam menos alimentos foi confirmada pela Secretaria de Agricultura (vejam nas páginas 2 e 3)."

Numa iniciativa para resolução dos problemas, em outubro de 1984, em Curitiba, aconteceu o "SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE", ocasião em que foram apresentadas as "Diretrizes Para as Mudanças Democráticas Regional do PMDB do Paraná e contou com a participação de parlamentares, dirigentes de organizações de trabalhadores, de empresários, de cooperativas, igrejas, técnicos, especialistas, secretários de estado, prefeitos, além de expressiva presença popular.

Dentre as propostas do respectivo documento citamos:

- 1) Clareza e estabilidade da política agrícola;
- 2) Garantir a ampla participação popular sobre organismos de proteção ao consumidor;
- 3) Participação e organização popular, com abertura e espaço para movimentação e organização autônoma dos pequenos produtores e trabalhadores, que garanta a liberdade e a autonomia sindical;
- 4) Respeitar, na organização popular, a criação e a cultura do povo sem quaisquer limitações, controle, divisão e desmantelamento pelo Estado;
- 5) Dar prioridade para a gestão parti-

cupativa das políticas econômicas e sociais para a agricultura; assegurando a ampla representação das mais diversas organizações econômicas, políticas e sociais nas estruturas de decisão.

Diante destas cinco propostas, entre outras apresentadas e fortalecidas pelo DECRETO N. 90.922, 06 de fevereiro de 1985, que regulamenta a LEI N. 5.524, de 05 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial e Técnico Agrícola, não podemos nos omitir diante da catástrofe, que será a falta de alimentos, porque junto ao alerta das cooperativas, estão se unindo outros alertas no mesmo diapasão, dando a entender que já não é mais possível continuar a tapar o sol com a peneira. Os desmentidos e as contra-ofensivas verbais ou escritas não substituirão o alimento que faltará na mesa do consumidor, mesmo que ele disponha de dinheiro para adquiri-lo.

Não será simples imagem de televisão ou a especulação que irá reverter o problema. É necessário agir, fazendo coisas praticas, pelo menos aquelas elementares e que dão resultados palpáveis.

A ATAEPAR, interiorizada com seus 15 Núcleos Regionais, congregando mais de 1.500 profissionais, que fazer parte dessa participação democrática, frente aos desafios da nossa Agropecuária Estadual, apresentando propostas e ajudando na valorização do homem. Gente é o recurso mais importante. É o investimento que leva a humanidade em frente.

De nada adianta ampliarmos as fronteiras agrícolas de forma desordenada. Devemos sim preocuparmo-nos com a produção vertical de alimentos, pois a maneira inescrupulosa de expansão abrupta, torna-se muito perigosa, gerando conseqüências desastrosas para as futuras gerações.

Junto a produção vertical, conseqüentemente estaremos injetando qualidade ao volume produzido, pois já é hora de o produtor aprender a vender qualidade em função da exigência do consumidor.

Por sua vez, o consumidor necessita ser informado do verdadeiro sentido do que é qualidade.

Assim sendo, a ATAEPAR está disposta a ajudar a sociedade, solicitando como troca a sua colaboração. A integração social, entre a população urbana e rural, no sentido educativo representa um índice de desenvolvimento.

Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos.

Atenciosamente,

(a) JOSÉ MALIKOSKI

Presidente

(a) JOÃO TEIXEIRA DA CRUZ

Vice-Presidente

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 172/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Santa Amélia o imóvel de propriedade do Estado, constituído pelo terreno com área de 635,50 m², medindo 20,50 metros de frente para a rua Engenheiro Von Wronski, por 31,00 metros da frente aos fundos, constituindo a data n.7 (sete) da quadra "0", do quadro urbano da cidade de Santa Amélia, constante da transcrição n. 6.879 de 26/10/67, da circunscrição do Registro de Imóveis da Comarca de Bandeirantes.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28/08/85.

(a) HERMAS BRANDÃO.

JUSTIFICATIVA:

O imóvel que se pretende doar ao Município de Santa Amélia, já era de propriedade daquele município, doado para ali ser instalado pelo Estado, o serviço de Luz e Força da cidade. Atualmente, sem utilização pelo Poder Público Estadual e pretendendo a municipalidade utilizar aquele imóvel para instalação de próprios municipais com grande proveito à comunidade de Santa Amélia, estamos propondo com o presente plano de lei a sua reversão, a que esperamos contar com o total apoio dos nobres pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 173/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica declarado de utilidade pública, O CENTRO SOCIAL URBANO "SEMIRAMES BARROS BRAGA", com sede e foro na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27/08/85.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

O CENTRO SOCIAL URBANO "SEMIRAMES BARROS BRAGA", de Marechal Cândido Rondon, foi declarado de utilidade pública Municipal pela Lei n. 1.412, de 01 de abril de 1982. É uma entidade sem fins lucrativos e sua finalidade é integrar e dinamizar as ações da comunidade, aprimorando-a como agente de seu próprio desenvolvimento, fortalecendo todos os seus valores que fo-

mentam a dignificação do Grupo Humano e promovendo os vínculos de solidariedade e cooperação entre os membros da comunidade.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos na legislação pertinente à matéria aqui focalizada.

Assim sendo, levamos à consideração dos ilustres pares a medida aqui proposta, esperando que se dê o devido apoioamento e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N. 174/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS FISCAIS - FAZENDÁRIOS APOSENTADOS DO PARANÁ - "A.F.F.A.P." com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28/08/85.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

A "A.F.F.A.P.", entidade fundada em abril de 1984, que pretendemos seja declarada de utilidade pública é uma associação composta exclusivamente de funcionários fiscais fazendários aposentados da Secretaria de Estado das Finanças.

Suas finalidades principais são as de zelar pelos interesses dos associados, promovendo reuniões recreativas, excursões e filantropia.

A documentação anexa, atesta nossa justificativa, como também preenche os requisitos legais.

Diante do exposto, solicito aos nobres pares com assento nesta Casa o devido apoioamento para o presente plano de lei, como sua posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) — Está finda a leitura do expediente. No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, senhor Deputado Nelson Bufara.

Ausente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, senhor Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Segunda-feira, apresentamos à Mesa um requerimento endereçado ao Secretário de Estado das Finanças, João Elísio Ferraz de Campos, pedindo empenho daquela autoridade, no sentido de que determine, a nível estadual, a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM, quanto à aquisição de veículos a álcool, de transporte público de passageiros, na categoria de automóvel de aluguel (táxi), a exemplo do que estabelece a Instrução Normativa n. 60, de 31 de julho próximo passado, da Receita Federal, que reduz a zero a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, de que trata o Decreto Federal n. 91.367/85.

A referida isenção, que pretendemos, será aplicada quando da aquisição de veículos por motoristas profissionais que, na da-

ta da vigência do referido decreto exerciam, comprovadamente, em veículos de sua propriedade, a atividade de condutor autônomo de passageiros, na condição de titular da autorização do poder concedente, e sob a condição de se destinar o veículo a utilização naquela atividade, na categoria de automóvel de aluguel.

Essa iniciativa abrangerá, também, pessoas jurídicas ou equiparadas e as cooperativas de trabalho que na data da lei se revestiam da condição de permissionárias ou concessionárias de serviço de transporte público de passageiros, por meio de automóvel de aluguel (táxis), desde que se destinem os veículos à utilização em idêntica atividade, bem como as pessoas físicas permissionárias do serviço de transporte público na categoria de automóvel de aluguel com autorização para operar com mais de um veículo, equiparadas às pessoas jurídicas, nos termos da lei.

Devo salientar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que, considerando o alto alcance social, de que se reveste esta proposição e entendendo de que, em muito pouco poderá ser onerada a receita do Estado, é que estamos justamente, pedindo o apoioamento deste Plenário, a fim de que o referido requerimento seja encaminhado ao Senhor Secretário das Finanças, para, assim, a nível de Executivo, tomar as devidas providências.

E vale lembrar ainda, que esta pretensão que trazemos neste instante, em que o Governo Federal entende de isentar do IPI os veículos a álcool quando adquiridos para serem utilizados no transporte de passageiros sob a forma de táxi, já foi no Governo anterior, no Governo do Estado do Paraná isentadas essas mercadorias do Imposto de Circulação de Mercadorias, do ICM, portanto não seria propriamente uma atitude original e inovadora, mas desde que adotada pelo atual Governo Richa viria ao encontro dos interesses da classe que traria com isso resultados significativos pelo seu aspecto profundo no campo social.

Espero que o Senhor Secretário das Finanças, afeito que está e que sempre esteve a solicitações desta natureza, atenda aos pedidos e solicitações dos profissionais de táxis, tanto no plano individual, como de microempresas, como de pessoas jurídicas, como de cooperativas, isentando-os do Imposto de Circulação de Mercadorias, quando incidir sobre veículos para a referida utilização de transporte de passageiros.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Senhor Presidente Antônio Annibelli, Senhores Deputados.

Um registro triste de uma medida de certa forma cruel e desumana, tomada hoje pelo Governo de José Richa, a COPEL, no dia de hoje, procedeu ao desligamento da luz do albergue São João Batista, simplesmente porque aquela entidade assistencial está com seu pagamento atrasado para com a COPEL.

Quer dizer, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para uma empresa como a COPEL, uma empresa de porte tão grande do Governo do Paraná, mais importante não é o caráter filantrópico de uma entidade, o importante para a COPEL é o dinheiro!

Não há consideração alguma pelo trabalho que abnegadas pessoas desenvolvem para que aquela entidade sobreviva!

O albergue São João Batista acolhe cerca de cinco mil velhos por mês, a maioria já quase no fim da vida, cansados, doentes, muitos portadores de câncer, este mesmo albergue São João Batista serve três refeições por dia para cada velho que está sob sua guarda, sob sua proteção. Ali é lavada a roupa do velho, pobre e abandonado, ele tem direito a cama, comida, remédio, o carinho, o espírito fraternal que tem imperado naquela entidade, o albergue São João Batista!

O Governo José Richa contribui, por mês, para aquela entidade, para a manutenção da mesma, pasmem, Senhores Depu-

tados, com a insignificante quantia, que é uma verdadeira esmola, de três milhões de cruzeiros!

Três milhões por mês para uma entidade que protege cinco mil velhos por mês! Quer dizer, dividindo a subvenção "per capita", que dá a Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social, é dada uma esmola de vinte cruzeiros por dia, para cada velho protegido e amparado pelo albergue São João Batista.

Gostaria de fazer um apelo ao Governador José Richa, que já está ficando com os seus cabelos grisalhos, que não precisará nunca de um albergue, porque está amparado por aposentadoria, inclusive vitalícia, porque quando deixar o cargo de Governador continuará recebendo integralmente os seus salários, como se governador ainda fosse, mas, apelar ao Governador José Richa, que não permita, primeiro, que uma empresa de seu Governo, corte, desligue a luz de uma entidade tão humanitária, como o albergue São João Batista. E, em segundo, Senhor Presidente, que a Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social do Governo Richa dê uma subvenção mais condizente com a real necessidade daquele albergue que está quase à beira da insolvência, e diria, que e quase humo negro o Governo José Richa destinar vinte cruzeiros por dia para amparar cada velho do albergue São João Batista.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -- Concedo a palavra, ainda no Pequeno Expediente, ao Senhor Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, mais um escândalo no Governo José Richa. Um escândalo contra toda a economia do Paraná. Já existe o Edital de Licitação para construção do sistema de água dos municípios de Londrina e de Cambé Sistema que inclui a captação, as estações elevatórias, a adução, o tratamento, a reservação e a distribuição da água através do Projeto Tibagi.

Escândalo porque os termos do edital baixado pela SANEPAR excluem as empresas do Paraná da participação da concorrência. Esses termos apenas contemplam, isoladamente, pelas possibilidades concretas duas empresas paranaenses. Uma pelo seu capital, outra pela capacitação técnica. Nenhuma, no entanto, individualmente, pode concorrer e ganhar a concorrência para a construção do sistema de água de Londrina.

Inegável portanto, o dirigismo dessa concorrência que a SANEPAR faz, deixando em pânico cerca de setenta empresas empreiteiras do Paraná, que há dois anos estão praticamente paradas, sem atividades, e quando o Governo do Estado vai construir uma obra importante como esta, elas se vêem privadas sumariamente, da possibilidade de participar, com possibilidade de ganhar a concorrência. Tudo por quê? O edital prevê que o capital mínimo das empresas deve ser de cinquenta bilhões de cruzeiros. Prevê mais ainda, é um edital para uma única empresa construir uma obra que vai custar aos cofres públicos do Estado, duzentos bilhões de cruzeiros. E é bom que se afirme que anteriormente foi anulado o Edital n. 10/82, que previa a construção da obra em quatro blocos, e hoje temos um único bloco.

O escândalo novo do Governo Richa é um escândalo contra a economia do Paraná, contra as empresas do Paraná, contra os trabalhadores do Paraná, contra o comércio do Paraná. Porque as riquezas aqui geradas seriam aplicadas em nosso Estado, mas o edital de concorrência quer que uma empresa, possivelmente, do Rio, de São Paulo ou de Minas Gerais, venha ganhar uma concorrência em nosso Estado para a construção de uma obra de fundamental importância, sobretudo nesta hora de carência de emprego para os nossos trabalhadores. Conseqüentemente, Senhor Presidente e Senhores Deputados, queremos solicitar desta tribuna, neste momento, algumas providências do Governo do Estado. A primeira, a mudança radical dos termos daquele edital e a conseqüente prorrogação do prazo para licita-

ção da obra. A segunda providência, queremos ouvir aqui na Assembléia Legislativa do Estado: o Diretor Presidente da SANEPAR, para explicar sobre o edital de concorrência e o dirigismo dele; e ao mesmo tempo, vamos solicitar a presença da diretoria da Associação de Empreiteiros do Paraná, para que esta Associação, defendendo os interesses dos empreiteiros paranaenses traga formalmente a sua posição.

Teríamos ainda, Senhor Presidente a acrescentar e peço a benevolência de Vossa Excelência. Existem naquele edital dois aspectos méritos: o primeiro deles, a SANEPAR está admitindo um preço acima de 15 por cento do global, e de 20 por cento nos preços unitários, do preço básico a ser fornecido nos próximos dias pela Empresa. E o segundo aspecto, pela primeira vez na história da SANEPAR, ela vai admitir o reajuste dos valores das contas faturadas se não pagas no dia do seu vencimento o que significa, mais uma vez, um compromisso, não com as empresas do Paraná, mas com algum grupo econômico muito forte neste País.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -- Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente Senhor Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que me traz hoje à tribuna é um assunto de extrema importância. Um assunto da sensibilidade do valor político brasileiro, dos homens, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que estão sendo caluniados, como é o caso do Deputado Paulo Maluf.

Nós hoje pertencemos a um partido, talvez, divorciados do PDS, mas os valores inconteste da Nação não de ser defendidos pelo conhecimento global da causa do Brasil.

No momento em que um Deputado Federal do PDS é caluniado, sentimos, dentro da alma, não vir nenhum dos seus companheiros em sua defesa; na defesa de origem, na mentira em que se procura atacar um homem do gabarito de Paulo Maluf.

Pertencemos à Frente Liberal, mas somos Malufistas essencialmente. O que me causa tristeza é que brasileiros de boa vontade que estavam engajados na campanha de Maluf para Presidente da República, não tiveram a coragem de vir a tribuna, do Oiapoque ao Chuí, para dizer a verdade que estão procurando indiretamente atingir a democracia brasileira.

Paulo Maluf é um homem que não precisa e não necessita fazer contrabandos de pedras preciosas. Onde estão os seus companheiros que não o defenderam? Se fora uma obrigação sem causa, ou se fora uma causa indefensável talvez nós não estivéssemos nesta tribuna. A verdade histórica há de aparecer e no Paraná uma voz há de se levantar em favor deste homem que está sendo maculado pela intriga de diversas facções políticas.

Se fora Maluf Presidente da República, não estaríamos nesse impasse, o impasse de uma dedicação dos políticos brasileiros. E quero aqui confessar em público. Maluf é um homem que há de dizer a verdade. Um homem que lutou por sua terra e por sua gente.

Só me causa espécie a ilustre Bancada do PDS não vir a esta tribuna para separar o joio do trigo.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -- Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhores e Senhores Deputados.

Inicialmente quero fazer menção a três requerimentos que

nesta tarde submetemos à apreciação e voto dos senhores integrantes deste Poder. O primeiro deles, requerendo o envio de voto de congratulações pela criação do Centro Cultural Brasil-União Soviética do Paraná.

No último dia 30 de julho, foi registrado junto ao 3º Ofício, em Curitiba, o Centro Cultural Brasil-União Soviética do Paraná, que tem por finalidade concorrer para o desenvolvimento das relações de amizade e culturais entre o Brasil e a União Soviética, através de cursos de língua russa e de língua portuguesa, e cultura brasileira, através do pleito junto às instituições educacionais de ambos os Países, a concessão de bolsas de estudo através da promoção de relações entre pessoas e instituições representativas da cultura em geral, da ciência, das letras, e da arte.

A Diretoria, Conselhos Consultivos e Fiscal eleitos para realizar os objetivos estão compostos por ilustres cidadãos paranaenses, a saber: Dr. Zola Florenzano, Dr. Ubirajara Moreira, Leila Maria Bueno de Magalhães; Miriam Regina Saldanha; Ozair Avelino Martins; José da Silveira Filho; Paulo Barbosa da Costa; Carlos Roberto Pinto; Waldir Isidoro da Silveira; Antonio Cardoso de Melo; Diogo Afonso Jimenez; Renato Cardoso; Emir Roque Dória; Eloá Regina Bittencourt Ramos; Silvia Alcântara Pissinin e Eurides Mezaroba.

Tenho certeza que com essa iniciativa Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Deputados, o Paraná dá sua contribuição relevante para um maior inter-relacionamento entre os povos e a defesa da paz mundial.

O segundo requerimento, o qual submetemos à apreciação dos integrantes desta Casa, diz respeito ao envio de expediente ao senhor Evilásio Vieira, Diretor Superintendente da SUDESUL, solicitando informações sobre os valores e o cronograma de desembolso destinado aos municípios paranaenses.

Essa solicitação se prende a uma reivindicação da Associação dos Municípios do médio Parapanema, tendo em vista o atraso na liberação dos recursos destinados àqueles municípios, diante do qual vimos solicitar o presente pedido de informações.

Por fim, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o terceiro e último requerimento que submetemos à apreciação dos integrantes deste Poder, trata do envio de expediente para o qual pedimos o integral apoio de todas as Bancadas da Assembléia Legislativa do Paraná. Expediente ao Senhor Governador do Estado, solicitando urgência no encaminhamento à Assembléia Legislativa do projeto de lei que reformulando dispositivos da Lei n. 7208/79, propiciará correção de uma injustiça cometida pelo Governo anterior a centenas de professores efetivos que ficaram impedidos de terem acesso ao segundo padrão.

Explicito para maior compreensão dos Senhores Deputados, embora a Lei n. 7208/79 tenha um elevado alcance social, que visava primordialmente, contemplar com um cargo efetivo os professores suplementaristas com dois ou mais anos de exercício, que não detivessem outro cargo público, ela mesma gerou, por outro lado, certas injustiças como bem podemos constatar em seu parágrafo primeiro, o qual possibilitou que os suplementaristas que fossem ocupantes de outros cargos optassem pelo enquadramento da lei, desde que apresentassem os respectivos pedidos de exoneração do cargo anterior.

O proibitivo isolamento tem sua fundamentação e apoio jurídico, mas, no caso específico de professores especialistas, em que além de ministrarem aulas suplementares eram possuidores de um outro cargo público efetivo do magistério, a proibição não pode e nem deve prosperar.

Ora, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, além de ferir um princípio legal garantido pela Constituição Federal, ou seja, o direito de acumulação remunerada, a Lei n. 7208 de 1979, ainda ocasionou outras injustiças. Como por exemplo, o não atendimento a ex-professores suplementaristas às vezes contando com mais de dez anos de exercício e que, pelas diversas circunstâncias, não estavam ministrando aulas su-

plementares em 16 de outubro de 1979, tendo permitido ainda, que professores novos, recém-formados, com apenas dois anos de suplementarista conseguissem dois padrões em poucos meses. Um, pelo enquadramento da lei e outro por nomeação imediata ou até hoje com apenas um padrão, e muitos deles ministrando aulas extraordinárias que comportam perfeitamente outro padrão.

Nosso envolvimento com esse assunto data de março e abril de 1983. Portanto, desde o início do Governo, nesses dois anos e alguns meses, inúmeras foram as assembléias, comissões, audiências, pareceres e despachos. A busca do entendimento que sempre predominou no relacionamento entre o movimento dos professores pela estabilidade do segundo padrão e os órgãos do Poder Executivo Estadual, particularmente às Secretarias de Educação e da Administração, levou aqui, hoje, e tenhamos a situação de existir já, na Casa Civil do Governo, um anteprojeto de lei proposto pela Secretaria da Educação do Governo disposto sobre o assunto, prestes a ser remetido a este Poder.

Considerando o tempo já decorrido suficiente para os aprofundados estudos técnicos necessários e levando em consideração a situação angustiante vivida por centenas de professores, nada mais justo que se dê caráter de urgência às providências finais de envio à Assembléia Legislativa do projeto de lei que é, ansiosamente aguardado, inclusive pelas entidades representativas do magistério paranaense.

Estando a proposta, portanto, sob os estudos finais da Casa Civil e Governadoria, reiteramos nesta oportunidade, época em que se define o orçamento de 1986, nossa solicitação de que é necessário que a mensagem propondo projeto de lei pertinente, seja enviada com urgência à Assembléia Legislativa.

E, por último, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaríamos de tratar após a leitura e solicitação de apoio desses três requerimentos de nossa autoria, gostaríamos de tratar do debate que este Poder, através da sua Presidência, promoverá no próximo dia 11 de setembro, quarta-feira às 17 horas, no pequeno plenário desta Casa, o Encontro Interpartidário para debater as eleições em dois turnos para a Prefeitura da Capital, para as Prefeituras e para o Governo do Estado.

Ainda ontem, no encontro de trabalho do qual participaram candidatos a Prefeito e dirigentes partidários de vários dos partidos políticos organizados em Curitiba, deliberou-se de que o necessário encontro de pontos de unidade entre as forças políticas, democráticas do nosso Estado é uma exigência em vista das eleições de 15 de novembro próximo.

Não há como se justificar perante a opinião pública qualquer vacilação dessas forças democráticas que hoje assumem as suas identidades partidárias. Portanto, com legítimos direitos de indicação de seus candidatos às eleições de 15 de novembro próximo mas que nem por isso pode perder de vista a necessária unidade para evitar um processo que traga de volta no presente e no futuro o mesmo estilo de participação e de governo do passado. Embora não haja — e essa não é a proposta central da nossa sugestão de construir em Curitiba uma frente democrática para enfrentar as eleições de 15 de novembro próximo, não é ponto central, como vinha dizendo, a coalizão dos partidos em torno de uma única candidatura, embora não se afaste a possibilidade disso vir a ocorrer na dependência, é claro, da exclusiva deliberação de cada um dos colégios partidários que tenha seus candidatos já em campo eleitoral, a intenção maior nossa foi levar a um processo de discussão que culminou na tarde de ontem com a sugestão acatada pela Presidência da Assembléia Legislativa de se realizar no próximo dia 11, como vinha dizendo, no final da tarde, às cinco horas da tarde, aqui no pequeno plenário, de um debate interpartidário sobre as eleições em dois turnos. E como bem acompanho todos os integrantes desta Casa, é ainda uma possibilidade de ocorrer nas eleições deste ano.

O Supremo Tribunal Federal, provocado pelo pedido de

parecer dos Senhores Procurador Geral da República, está para nesses dias apresentar a sua conclusão. Há em tramitação aguardando a Constituição da Comissão Especial de Análise de Emendas à Constituição, para o qual, aliás, voltamos a insistir na importância de que as lideranças partidárias venham a indicar os seus representantes para compor e dar condições de que essa Comissão venha a desenvolver os seus trabalhos, ainda mais tendo em vista de que não há unicamente uma emenda dessas eleições em dois turnos, mas mera adequação da Constituição Estadual ao que já se dispõe na Constituição Federal após a aprovação da Emenda n. 25, de maio passado, mas da mesma forma existem cerca de quinze outras emendas à Constituição do Estado que precisam ter a tramitação necessária e regulamentar dentro deste Poder.

Portanto, fica aqui desde já o nosso aplauso à Presidência deste Poder, que promoverá, no próximo dia 11, esse debate necessário para que não só nós, participantes do Poder Legislativo do Paraná, mas que também os dirigentes dos demais partidos políticos existentes no Estado e a população de uma forma tomem conhecimento do real desdobramento, da real profundidade que trará à vida política-eleitoral, inclusive, as novas alterações que foram impressas na Constituição Federal pela Emenda n. 25, e que aqui no Paraná ocorrerão, ou ainda neste ano, ou seguramente antes das eleições de 1986.

Agradeço a atenção, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Consulto a Liderança do PMDB, se fará uso do horário que lhe é reservado. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

Todos nós temos certeza de que está existindo uma grande crise neste País, que nos foi legada por uma situação caótica internacional e vem produzindo seus reflexos por quase uma década. Estes reflexos podem ser facilmente identificados num grande índice de desemprego, num índice inflacionário extremamente alienante, numa economia que passa por períodos de baixíssimo atendimento, mas, principalmente, na criação de uma consciência ingênua a nível popular, que obscurece a visão das reais saídas para os problemas que nos afligem.

No entanto, pode-se constatar que ainda existem órgãos públicos, normalmente as maiores fontes de má gerência em grau empresarial, que estão sendo administrados de forma a produzirem todo o serviço a que estão destinados, sem causarem problemas mais sérios, como os que foram recentemente detectados no IAA, IBC e EMBRATUR.

Estamos falando do Departamento Estadual de Administração de Materiais DEAM, entidade destinada a administrar de forma centralizada os materiais e equipamentos do Estado, suprimindo as necessidades básicas de toda a estrutura da máquina estatal.

No entanto, existem almoxarifados para atendimento a cada Secretaria são eles responsáveis pela emissão das Rel. de materiais — entrega, e Rel. de materiais — recebidas que, após assinadas são remetidas ao DEAM para ressurgimento.

A falta para uma unidade poderia ter sido suprida com o deslocamento de material entre as mesmas, sem recorrer ao almoxarifado do DEAM, racionalizando as operações de ressurgimento. Por outro lado, a posição físico-financeira analisada nos demonstra um excesso de materiais estocados a valores financeiros elevadíssimos, nos mostrando prejuízos aos cofres públicos. Constata-se também, uma sub-utilização de mão-de-obra alocada nessas unidades. Cumpre ressaltar que, por motivos os mais diversos, tal fato está se dando de forma errônea, uma vez que já houve um progressivo esvaziamento das funções

do DEAM em detrimento do próprio Estado, sabendo-se que quem sairá perdendo é o erário público, que vê sua capacidade de conseguir um melhor controle dos materiais, quaisquer que sejam, sendo defasado, tanto ou mais do que a capacidade de conseguir um melhor preço na compra dos mesmos.

Cabe, evidentemente, ao DEAM desempenhar as funções de órgão normatizador e centralizador do sistema de administração de materiais, esta proposição tem como objetivo a implantação de um único almoxarifado (DEAM II) no Edifício Castelo Branco, o qual visará garantir um atendimento comum à todas as Secretarias com material de qualidade apropriada em quantidade certa, no momento oportuno e pelo menor custo.

Esta centralização traria, certamente, todas as vantagens ao sistema previsto, além de evitar desperdícios de instalações, mão-de-obra e tempo dos usuários, e de permitir uma política de controle mais efetiva quanto aos diversos materiais necessários ao uso do Estado.

A seguir relacionamos alguns objetivos esperados com a integração dos almoxarifados:

- adoção de dispositivos facilitadores de armazenagem
- controles diários via computador;
- integração ao sistema maior;
- padronização de rotinas e técnicas de armazenagem
- redução dos volumes de estoques;
- extinção de duplicidade de funções administrativas
- triagem e recolhimento constante dos inservíveis.
- redução e reaproveitamento do pessoal existente.
- maior rotatividade nos estoques;
- especialização do pessoal - treinamento;
- racionalização do transporte pelos usuários;
- transferência de responsabilidade gerencial.

Ocorre, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que contra todas as expectativas e previsões dos pessimistas, o DEAM vem conseguindo administrar os assuntos de sua alçada da forma mais pragmática e lucrativa possível, procurando otimizar seus serviços, desenvolvendo-os numa escala de crescente seriedade, o que só vem trazer benefícios ao conjunto a que serve.

Para exemplificar tal fato, bastaria citar um dado interessantíssimo e de ampla repercussão, mormente sabendo-se que foi dado a conhecimento no 10.º Encontro Nacional de Secretários de Administração dos Estados, Territórios e Distrito Federal. Hoje em dia, de cada cem licitações que são efetuadas pelo DEAM, verifica-se apenas um recurso, quando antes, ocorriam cerca de vinte recursos. Este é um demonstrativo incontestável de que está havendo a referida otimização gerencial tão necessária.

E, para que o sistema atingisse a plenitude do seu funcionamento, bastariam algumas modificações e correções nos vícios ora existentes, frizando-se sempre que são cometidos por outros órgãos, mas sem o dolo que se pessimistas procuram apontar, e haveria a economia de milhares de cruzeiros com o consequente benefício para o Estado e para o povo.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, fica aqui a nossa modesta contribuição, em forma de apelo aos colegas Parlamentares, para que abracem esta causa que se mostra justa e coerente, bem como ficam, também, as nossas sinceras congratulações ao Departamento Estadual de Administração de Material — DEAM — que na pessoa do seu Diretor, Gilberto Serpa Griebeler, vem demonstrando adequar-se de forma extremamente concreta à política do governo do PMDB.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) — Consulto a Liderança do PMDB, se fará uso do restante do seu horário.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL se fará uso do seu horário. Com a palavra o Senhor Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Ocupo a tribuna de hoje para dizer inicialmente da posição do nosso partido no Estado do Paraná.

A Frente Liberal que já conta com 138 Comissões organizadas no Estado, que vêm dinamizando nos demais municípios a formação das comissões provisórias conforme determina a lei.

Superada esta fase em Curitiba, onde o nosso partido sai em coligação com o PDT, lançando o candidato a Vice-Prefeito. Iniciada a campanha ontem no Bairro do Bacacheri com a instalação do comitê, pude constatar o entusiasmo dos companheiros; estou certo de que a palavra dissidente dentro do nosso partido, haverá de ter um fim, porque conheço bem os nossos companheiros; companheiros de luta que se preocupam com o bem-estar da comunidade, com o bem-estar do seu povo, no desempenho das suas funções.

E poderia citar, como exemplo, o nobre Deputado Gabriel Manoel que tem dado nesta Casa todo apoio, e muitas vezes ao deixar este Plenário apelou ao Deputado Gabriel Manoel, que nos ajude no encaminhamento das votações, e ele sempre tem estado presente, é normal esta luta, é normal a disputa no momento de uma convenção, no momento de uma decisão, porque nós estamos num regime livre e democrático, cada um toma a posição que acha conveniente, mas aceita depois a decisão da maioria dos companheiros.

Assim, não só como o Deputado Gabriel Manoel, os demais companheiros de nossa bancada, espero que estejam todos integrados nesta luta para formação deste partido que veio para ficar, que será um grande partido, um partido de centro que haverá de dar a contribuição no desenvolvimento do Paraná e do País.

O Sr. Gabriel Manoel - Permite-me um aparte? (Assentimento).

Líder de nosso partido, Gilberto Carvalho, nós dentro da humildade peculiar dos homens do interior que integram o partido que Vossa Excelência é Líder da Bancada na Assembléia Legislativa.

Somos um soldado do partido, Deputado Gilberto Carvalho, e vamos fazer o possível, para a pacificação da nossa grei, porque haveremos de ser um bloco monolítico, haveremos de conversar com os demais companheiros, para que a Frente Liberal saia coesa e unida com um só pensamento, pelo bem-estar de nossa terra e de nossa gente.

Agradeço a deferência e haveremos de lutar junto com o meu companheiro Ivan Gubert, com o Deputado Oscar Alves e com os demais que divergiram de uma posição democrática.

Nós hoje, pediríamos a Vossa Excelência, que nos desse mais um voto de confiança, porque companheiro não se deixa na estrada. Nossas questões, haveremos de defini-las dentro do nosso partido. Agradeço a Vossa Excelência pela deferência, e que tazer de Vossa Excelência as minhas palavras, para que unidos possamos pensar no Paraná, na sua gente, para que o nosso partido não sofra deflexão. Líder Gilberto Carvalho, haveremos de conversar com os companheiros que discordaram como nós discordamos, mas sabemos plenamente, que em primeiro lugar, acima de tudo, cessará tudo que da "antiga musa canta" e o Partido da Frente Liberal, há de sair vitorioso, porque unidos venceremos.

Agradecido, Deputado Gilberto Carvalho, quero me considerar um soldado do partido e Vossa Excelência, nosso Líder.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Eu que agradeço, nobre

Deputado, não poderia esperar outra posição de Vossa Excelência, que convivemos nesta Casa, já há quinze anos. Quando aqui cheguei já encontrei Vossa Excelência como um bravo defensor do Norte Pioneiro e espero que juntos nós

haveremos de contribuir muito para o aperfeiçoamento democrático do nosso Estado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, durante muitos anos, o Paraná permaneceu a margem de qualquer atenção por parte do Governo Federal, no que diz respeito a implantação da malha de obras rodoviárias.

Assim, quanto a importante BR-101, que se estende por todo o litoral brasileiro, de Norte a Sul, era atacada em todos os Estados, aqui ela simplesmente permanece na estaca zero.

Quase o mesmo se pode dizer em relação a BR-153, Rodovia Transbrasiliana, cujas obras também estão interrompidas em nosso Estado. Sirva-nos ainda de exemplo a velha estrada da Ribeira, BR-476, de pouco mais de 100 Kms, em precárias condições de tráfego e que não raro tem que ser usada como alternativa na ligação com São Paulo e assim, poderemos enumerar, tantas e tantas outras obras reclamadas, mas simplesmente esquecidas ou interrompidas, justamente no território paranaense.

No Norte do Estado, por exemplo, os anseios maiores dizem respeito à BR-369, Rodovia Melo Peixoto, cuja duplicação há muito vem sendo reivindicada. Por esta importante rodovia que liga Ourinhos à Londrina, Apucarana à Maringá, circula grande parte da produção agrícola paranaense, seu movimento é sempre intenso, especialmente na parte entre Londrina e Apucarana.

Apesar de tudo, baldados têm sido os esforços no sentido de obter do Governo Federal a duplicação desta Rodovia, nem mesmo tem ela recebido uma conservação adequada, o que agrava as suas condições de tráfego e aumenta o risco de tantos quantos a utilizam.

Efetivamente, não bastasse o problema da ausência de contornos e eu cito, como exemplo, a cidade de Jandaia do Sul, onde todo o escoamento da região do Vale do Ivaí, que foi abandonado o trecho de estrada, mas, com a ligação feita no Governo Jaime Canet, ligando Campo Mourão a Jandaia do Sul, que é parte da BR-369, todo o tráfego passa por dentro da cidade, danificando e deixando, muitas vezes o Prefeito sem condições de recuperar, dado o vulto de investimentos que tem de ser aplicados dentro da própria cidade, quando poderíamos ter um contorno para dar o atendimento ao escoamento daquela produção pela rica região, que é a do Vale do Ivaí, infelizmente não temos ainda este contorno.

A falta de sinalização e de acostamento torna a BR-369 altamente perigosa, sendo por isso mesmo, palco de muitos e graves acidentes. Felizmente parece que agora tende a melhorar a situação da Rodovia Melo Peixoto, mais especialmente em seu trecho de maior movimento. A informação, neste sentido, partiu do próprio Ministro de Transportes, Senador Affonso Camargo Netto, ao garantir a duplicação da BR-369, entre Cambé e Apucarana, a decisão foi anunciada depois que o Ministro percorreu o aludido trecho, constatando, não apenas o problema da estrada, como os graves problemas de sinalização e a própria pista de rolamento.

É de se esperar, pois, que tal providência seja adotada com toda a presteza, afinal, trata-se de uma medida de justiça para com o Paraná, a BR-369 além de ser uma das mais movimentadas do País, do Sul do País, é também uma das mais importantes para a economia do Estado.

O Ministro Affonso Camargo Netto, conhece, de perto, o problema, daí a expectativa, senão a certeza, que não obstante a limitação de recursos a que está sujeito o Ministério dos Transportes, o Senador Affonso Camargo Netto haverá de encontrar meios e formas para viabilizar as melhorias, pretendidas, no menor prazo possível!

É com essa esperança que faço este registro, esperança que não é minha apenas, mas de toda uma região que tanto tem dado a este País, em termos de trabalho e de produção.

Por isto, repito, trata-se de reparar uma dívida para com nosso Estado, dívida essa representada por longos anos de ausência da administração federal, no setor que é da maior importância no desenvolvimento do Estado Paranaense e principalmente daquela região do Norte do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Na sequência, concedo a palavra à Liderança do PDT.

Ausente, concedo a palavra a Liderança do PDS, havendo declinado encerramos a Hora do Expediente e passamos à ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Hernas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado À Diretoria Legislativa.

Encareço às Lideranças dos Partidos desta Casa, que façam a indicação dos Senhores Deputados para que, dia 3 de setembro, às 20:00 horas, façam-se representar na concessão de uma Cidadania Honorária a D. Armando Sirio.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Indicamos o Deputado Sabino Campos e Mário Pereira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela ordem). A Bancada indica o nome do Deputado Edgard Pimentel, autor da proposição em gestão.

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem) O Partido da Frente Liberal, tem a honra de indicar para representá-lo o nobre Deputado Werner Wanderer.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara), Parece-me que resta apenas a indicação do PDT. Na ausência do seu Líder, vamos aguardar a indicação. Então, temos para complementar: Deputado Mário Pereira e Sabino Campos do PMDB; do PDS, Deputado Edgard Pimentel; da Frente Liberal, Deputado Werner Wanderer.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuídos aos Senhores Deputados:

4.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 76/85, (ex-Projeto de Lei n. 113/83),

oriundo do Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, aprovado por unanimidade e que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, do Município de Grandes Rios, para o fim de consulta à respectiva população sobre a criação do Município de Rosário. (Anexo: Projetos de Lei n. 113/83 e 73/8, respectivamente, de autoria do Deputado JORGE AMIM MAIA FILHO e do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, referentes à mesma matéria.) EM REGIME DE UR-
GÊNCIA. COM EMENDA DE PLENÁRIO. Aprovado.
Em votação a Emenda de Plenário. Aprovada.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 68/85, (Mensagem n. 67/85 - ex-Proposição n. 67/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 17/01/84 entre o Estado do Paraná através da PARANATUR e a EMBRATUR, objetivando realização de pesquisa sobre turismo emissivo e receptivo no Aeroporto Internacional das Cataratas, em Foz do Iguaçu e nos Postos alfandegários dos Portos PRESIDENTES Stroessner e Meira, no ano de 1984. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 69/85, (Mensagem n. 102/85 - ex-Proposição n. 92/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento, com participação da COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros do PME/PR, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte público de passageiros. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 70/85, (Mensagem n. 48/85 - ex-proposição n. 53/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 16/08/84 entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 71/85, (Mensagem n. 70/85 - ex-Proposição n. 70/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio n. 001/84 celebrado em 22/11/84, entre o governo do Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e o Município de Abatiã, objetivando execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 72/85, (Mensagem n. 57/85 - ex-Proposição

n. 59/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira n. 27/84 e 118/84, celebrados em 22/11/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e, respectivamente, os Municípios de Barracão e Itambaracá, objetivando execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 73/85, (Mensagem n. 60/85 ex-Proposição n.61/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos Aditivos de Cooperação Administrativa e Financeira, de 15/01/85 e 05/02/85, aos Convênios celebrados em 20/11/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Segurança Pública, a EMOPAR, e os Municípios que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros nas Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas dos Municípios signatários. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 74/85, (Mensagem n. 83/85 - ex-Proposição n. 75/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTTUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Revigoramento de 04/03/85 ao Convênio n. 13/84, celebrado em 16/08/84, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e o Município de Assaí, objetivando execução de obras de reformas de terminal rodoviário naquele Município. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 75/85, (Mensagem n. 98/85 - ex-Proposição n. 86/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios n. 01/84 e 01/85, celebrados em 15/05/84 e 01/02/85, respectivamente, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e do DER, com o Município de Londrina, através da PAVILON, objetivando execução de obras de recuperação do Sistema Viário do Referido Município. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 217/84, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que dispõe sobre a organização dos Municípios e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL e EMENDAS da COMISSÃO ESPECIAL, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em discussão, conjuntamente o projeto e respectivas emendas da Comissão Especial e de Plenário, em número de 09 (nove), nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE N.01 AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 217/84
Acrescente-se na Subseção IV - do Sub-

sídio e da Representação - o seguinte artigo:

"Art. - Cessada a investidura no cargo de Prefeito, quem o tiver exercido, em caráter permanente, fará jus, à título de representação a uma remuneração mensal e vitalícia, igual ao subsídio de Prefeito.

§ 1.^o - Ao Prefeito eleito que vier a perder as condições físicas de trabalho durante o exercício do mandato eletivo, fica assegurada uma pensão mensal e vitalícia, equivalente ao subsídio de Prefeito.

§ 2.^o - A viúva, enquanto viver e na sua ausência aos filhos menores do Prefeito Municipal eleito que vier a exercer o cargo em caráter permanente, nos Termos da Legislação Previdenciária Nacional, fica assegurada uma pensão mensal equivalente a 50% (cinquenta por cento) da remuneração do cargo de Prefeito.

§ 3.^o - Para fazer jus aos benefícios constante deste artigo e parágrafos é vedada a acumulação com qualquer outro rendimento de fonte pública."

Sala das Sessões, em 28/08/85.

(a) GILBERTO CARVALHO.

Apoiamento: Gabriel Manoel, Péricles Pacheco, Ivan Gubert, Hermas Brandão, Jorge Maia Filho e Antônio Belinati.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 02
Inclua-se ao art. 93, os seguintes parágrafos:

§ 1.^o - As Câmaras de Vereadores ficam autorizadas a conceder a quem, cessada a investidura, tiver exercido, em caráter permanente, o cargo de Prefeito, um subsídio mensal e vitalício equivalente a cinquenta por cento (50%) da parte fixa dos subsídios do Prefeito do Município;

§ 2.^o - O direito ao subsídio de que trata este artigo fica condicionado ao cumprimento de mais da metade do mandato.

§ 3.^o - O subsídio somente poderá ser atribuído pelo exercício de apenas um mandato eletivo de Prefeito em um único Município, a ele não tendo direito, enquanto perdurar a investidura, o detentor de mandato que perceba subsídios iguais ou superiores aos cargos de Prefeito.

§ 4.^o - As Câmaras de Vereadores ficam autorizadas a conceder pensão especial, vitalícia e intransferível, às viúvas dos ex-Prefeitos que a requeiram, correspondentes à metade da parte fixa dos subsídios a que os mesmos façam jus, nos termos do Caput deste artigo.

Sala das Sessões, em 28/08/85.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

Apoiamento: Amélia Hruschka, Wilson Fortes, Antônio Belinati e uma ilegível

JUSTIFICATIVA:

Incluimos na subseção IV, ao artigo 93, os parágrafos 1.^o, 2.^o, 3.^o e 4.^o, contendo norma relativa ao subsídio mensal e

vitalício aos ex-Prefeitos, conferindo-lhes o direito de perceber pequena remuneração depois de deixar o exercício do cargo para o qual foi eleito, muitas vezes com dedicação exclusiva, que ao término do mandato executivo, normalmente encontra dificuldades para se organizar e readaptar-se à nova situação.

Igualmente pretendemos proteger com pequena remuneração as viúvas de ex-Prefeitos que não estão recebendo o tratamento devido como Ex-Primeira Dama do seu Município, muitas vezes relegadas ao anonimato.

Contudo, não é demais assinalar que em alguns Estados já foi adotado dispositivo idêntico ao que estamos propondo, assim, o objetivo primordial desta nossa Emenda foi colimado desde o início com pesquisas feitas com o resultado plenamente alcançado.

Submeto esta EMENDA à consideração dos nobres Senhores Deputados, esperando seja acolhida, pois ela traduz o anseio dos Senhores Prefeitos Paranaenses.

EMENDA DO PLENÁRIO DE N. 03

Inclua-se ao art. 85, o seguinte parágrafo:

§ 5.º - O Prefeito Municipal poderá gozar anualmente 30 (trinta) dias de férias, com direito a receber subsídios e vantagens como se no exercício do cargo estivesse, sendo substituído durante as férias pelo seu substituto legal.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

Apoiamento: Gabriel Manoel, Péricles Pacheco, Amélia Hruschka, Nelson Buffara, Antônio Belinati.

JUSTIFICATIVA:

Entendemos como justa a Emenda que estamos apresentando à consideração dos Senhores Deputados, pelo alto espírito social que a mesma apresenta, inclusive para harmonizá-la com outros segmentos da sociedade, contemplando-a com a causa justa reivindicada pela maioria dos Senhores Prefeitos Paranaenses.

EMENDA DO PLENÁRIO DE N. 04

Acrescente-se na Subseção IV - do Subsídio e da Representação - o seguinte:

"Art. - Ao Prefeito Municipal que vier a exercer o cargo em caráter permanente e que perder as condições físicas de trabalho durante o exercício do mandato eletivo, fica assegurada, vedada a acumulação com qualquer outro rendimento de fonte pública, uma pensão mensal e vitalícia equivalente a remuneração fixa e variável do cargo de Prefeito.

Parágrafo Único - À viúva, enquanto viver e na sua ausência aos filhos menores do Prefeito Municipal eleito que vier a exercer o cargo em caráter permanente, nos

termos da Legislação Previdenciária Nacional, fica assegurada, vedada a acumulação com qualquer outro rendimento de fonte pública, uma pensão mensal e vitalícia equivalente a 50% (cinquenta por cento) da remuneração fixa do cargo de Prefeito".

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(aa) TADEU FRANÇA e FERRARI JÚNIOR.

Apoiamento: José Antônio Fonseca, Sabino Campos, Sérgio Spada, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 05

Acrescente-se na Seção III - dos Vereadores - Subseção I - Da Remuneração, o seguinte artigo:

"Art. - Ao vereador que vier a exercer o cargo em caráter efetivo e que perder as condições físicas de trabalho durante o exercício do mandato eletivo, fica assegurada, vedada a acumulação com qualquer outro rendimento de fonte pública, uma pensão mensal e vitalícia, equivalente a parte fixa do cargo de Vereador.

Parágrafo Único - À viúva, enquanto viver, e na sua ausência aos filhos menores do Vereador eleito e que vier a exercer o cargo em caráter permanente, nos termos da Legislação Previdenciária Nacional, fica assegurada, vedada a acumulação com qualquer outro rendimento de fonte pública, uma pensão mensal equivalente a 50% (cinquenta por cento) da remuneração fixa do cargo de Vereador".

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(aa) TADEU FRANÇA e FERRARI JÚNIOR.

Apoiamento: José Antônio Fonseca, Sabino Campos, Sérgio Spada, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 06

Inclua-se onde couber:

Art. 1.º - As viúvas de Prefeitos falecidos no exercício do Mandato perceberão, vitaliciamente, 70% (setenta por cento) dos subsídios inerentes ao cargo.

Art. 2.º - Os valores referidos no artigo sofrerão as correções previstas em lei.

Art. 3.º - Em caso de invalidez permanente ocorrida no exercício do Mandato, o Prefeito passará a perceber, vitaliciamente, a totalidade dos subsídios inerentes ao cargo.

Art. 4.º - Nos casos previstos nos artigos 1.º e 3.º, fica excluída a verba de representação.

Art. 5.º - Na hipótese de haver recebimento de outra forma de benefício previdenciário, estará o beneficiado obrigado a exercer opção por um dos benefícios.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(aa) CAÍTO QUINTANA e MÁRCIO ALMEIDA.

Apoiamento: Homero Oguido, Tadeu Lúcio Ma-

chado, Trajano Bastos.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 07

Art. 1.º - O parágrafo único do artigo 7.º, fica transformado em dois parágrafos, com a seguinte redação:

Art. 7.º ...

I - ...

II - ...

III - ...

§ 1.º - Não poderão ser criados municípios no ano das eleições municipais;

§ 2.º - O Plebiscito, como ato preparatório, sempre que possível, deverá ser realizado comitadamente com as eleições majoritárias que antecederam as eleições municipais.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI.

Apoiamiento: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Amélia Hruschka, Adhail Sprenger Passos, José Antônio Fonseca.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 08

Art. 1.º - O artigo 6.º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6.º - São condições para que um Território se constitua em Município, além dos fixados por Lei Federal e Estadual, as seguintes: "

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI.

Apoiamiento: Eduardo Baggio, Antônio Annibelli, Amélia Hruschka, Adhail Sprenger Passos, José Antônio Fonseca.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 09

Art. - Suprima-se no Projeto de Lei Complementar o Art. 22 e seus parágrafos.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1985.

(a) GILBERTO CARVALHO.

Apoiamiento: Wilson Fortes, Edgard Pimentel, Leônidas Chaves, Tuguio Setogutte, um ilegível.

Em votação. Aprovado.

O SR. GILBERTO CARVALHO -(Pela Ordem) Tratando-se de um projeto de lei complementar, há necessidade de quorum qualificado e não há quorum para essa votação. Solicito de Vossa Excelência, verificação de votação.

SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

10 Senhores Deputados aprovam; nenhum

Senhor Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 29, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2.ª DISCUSSÃO- do Projeto de Lei Complementar n.217/84.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei 321/84.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.s 45/85 e 35/85.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n.s 38/85, 44/85, 51/85, 64/85, 66/85, 71/85, 76/85, 77/85, 90/85, 92/85.

Levanta-se a sessão.

DECRETO LEGISLATIVO N.255/85

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

prover, JOSÉ LARAZO DUMONT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Chefe de Gabinete da Frente Liberal.

(Protoc. n. 6181)

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO"

em 10 de julho de 1985.

(aa) NILSO ROMEU SGUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY

1.º Secretário

KIELSE CRISOSTOMO

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 256/85

prover, ROSALINA PEREIRA SANTIN, matrícula n.224, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Chefe de Gabinete da 2.ª Vice-Presidência.

(Protoc. n. 6622)

DECRETO LEGISLATIVO N 257/85

prover CARMEN DARLENE REMPEL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS- 5, de Chefe de Gabinete da 4.ª Secretaria.

(Protoc. n. 6619)

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",

em 16 de julho de 1985.

(aa) NILSO ROMEU SGUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY

1.º Secretário

KIELSE CRISÓSTOMO

2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.258/85

prover, TEREZINHA REGINA VICENTE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de chefe de Gabinete da 1.ª Vice-Presidência, de acordo com o Art.2.º, da Lei n. 8124, de 08 de julho de 1985.

(Protoc. n. 6703)

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",

em 20 de julho de 1985.

(aa) NILSO ROMEU SGUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY

1.º Secretário

KIELSE CRISÓSTOMO

2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.259/85

exonerar, a pedido, FERNANDO JOSÉ PUPPI, matrícula n. 327, do cargo de Médico "C"-Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n. 6752).

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO"

em 22 de julho de 1985.

(aa) NILSO ROMEU SGUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY

1.º Secretário

KIELSE CRISÓSTOMO

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 260/85

prover, SOLON LUCIANO GOMES DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, de Datilógrafo do Gabinete da Liderança do PDT, de acordo com o Art. 2.º, da Lei n. 8.124, de 08 de julho de 1985.

(Protoc. n. 6788)

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",

em 23 de julho de 1985.

(aa) NILSO SGUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY

1.º Secretário

KIELSE CRISÓSTOMO

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 261/85

prover, ARMINDO ADOLFO BERGER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, de Auxiliar de Serviços Externos, do Gabinete do Deputado Gernote Kirinus, de acordo com o Art. 2.º, da Lei n. 8124, de 08 de julho de 1985.

(Protoc. 6867)

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",

em 26 de julho de 1985.

(aa) NILSO ROMEU SGUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY

1.º Secretário

KIELSE CRISÓSTOMO

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 262/85

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, item II, combinado com o Art. 140, item I, ambos da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, JOSÉ RENATO DUARTE, matrícula n. 039, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de vinte por cento (20%) da simbologia DAS-3; cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º e parágrafo 1.º, da Resolução n. 2/64; cinco (05) quinquênios incorporados e cinco (05) adicionais incorporados, nos termos do Art. 170 e parágrafo único e Art. 171 e §§ 1.º e 2.º, da referida Lei n. 6174; cinquenta por cento (50%) dos respectivos vencimentos de gratificação, pela prestação de serviços extraordinários e Gratificação de Produtividade.

(Protoc. n. 6799)

DECRETO LEGISLATIVO N. 263/85

designar MARCIONILIO SANCHO CAMBUHY, matrícula n. 177, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete, da Diretoria Legislativa, percebendo as vantagens inerentes, a partir de 1.º de julho de 1985.

(Protoc. n. 6667)

DECRETO LEGISLATIVO N. 264/85

exonerar, a pedido, JORGE RAUL MIGUEL, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Nestor Baptista.

(Protoc. n. 6693)

DECRETO LEGISLATIVO N. 265/85

mandar pagar, à JOANA MACIEL DE FARIAS, viúva do ex-servidor desta Casa, João Farias, falecido no dia 1.º de julho de 1985, a importância correspondente a um (01) mês de remuneração ou provento, a título de auxílio funeral, nos termos do Art. 205 e parágrafos, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. n. 6208)

DECRETO LEGISLATIVO N. 266/85

I - autorizar o Senhor Diretor Geral deste Poder, a contratar pelo regime da C.L.T., três (03) funcionários para o Gabinete da Liderança do PDT, para exercerem as funções de Jornalista, sendo que os mesmos farão parte da estrutura do Gabinete.

II - autorizar o Senhor Diretor Geral deste Poder, a contratar pelo regime da C.L.T., dois (02) funcionários para o Gabinete da Liderança do PDT, para exercerem as funções de Assessores Políticos e farão parte da estrutura do Gabinete.

DECRETO LEGISLATIVO N. 267/85

prover, MARISSOL CRISTINA FOLLETO, para exercer o cargo em comissão, símbolo 1-C, de Assistente de Gabinete da 1.^a Secretaria.

DECRETO LEGISLATIVO N. 268/85

I - prover, ANTÔNIO LUIZ QUIRINO MACHADO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenador Adjunto, da Coordenadoria do Conselho Superior de Administração.

II - prover, JACY CORREIA FERNANDES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta, da Coordenadoria de Promoções Especiais, da Diretoria de Serviços Especiais.

III - prover, SILVIO SEBASTIANI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenador Adjunto, da Coordenadoria de Divulgação, da Diretoria de Serviços Especiais.

DECRETO LEGISLATIVO N. 269/85

prover, SUELI TEREZINHA DE MORAES NEVES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Caíto Quintana, de acordo com a Lei n. 8124/85.

(Protoc. n. 7617)

DECRETO LEGISLATIVO N. 270/85

prover, GLACI FAVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, da Liderança do PMDB, de acordo com o Art. 2.^o, da Lei n. 8124/85.

(Protoc. n. 7616)

DECRETO LEGISLATIVO N. 271/85

prover, NILZA BORDINI CRISÓSTOMO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessor Técnico, do Gabinete da 2.^a Secretaria, de acordo com o Art. 2.^o, da Lei n. 8124, de 08 de julho de 1985.

(Protoc. n. 7039)

DECRETO LEGISLATIVO N. 272/85

I - exonerar, a pedido, AFONSO BENEVENUTO SANVIDO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Ervin Bonkoski.

II - prover, MARIA CONCEIÇÃO COBBE MÉDICI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Ervin Bonkoski.

(Protoc. n. 7381)

DECRETO LEGISLATIVO N. 273/85

I - exonerar, a pedido, MARIA HENRIQUE DA SILVA BISPO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Augusto Carneiro.

II - prover, ZENIRA MACIEL BRANCO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Augusto Carneiro.

(Protoc. n. 7337)

DECRETO LEGISLATIVO N. 274/85

prover, NEIDE MARIA CRUPPEIZAKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, de Auxiliar de Serviços Externos, do Gabinete do Deputado Edgard Ribeiro Pimentel de acordo com o Art. 2.^o, da Lei n. 8124/85.

(Protoc. n. 5725)

DECRETO LEGISLATIVO N. 275/85

prover, TEREZA CRISTINA RIBAS TAQUES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, de Datilógrafo do Gabinete do Deputado Djalma de Almeida César, de acordo com o Art. 2.^o, da Lei n. 8124/85.

(Protoc. n. 7034)

DECRETO LEGISLATIVO N. 276/85

prover, JULIO CEZAR REIS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, de Auxiliar de Serviços Externos, do Gabinete do Deputado Edgard Ribeiro Pimentel, de acordo com a Lei n. 8124/85.

(Protoc. n. 7645)

DECRETO LEGISLATIVO N. 277/85

I - exonerar, a pedido, AUGUSTINHO ZUCCHI, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Paulo Cesar Furiatti.

II - prover, MARIA OLIVIA BUENO TINO-CO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Paulo Cesar Furiatti.

(Protoc. n. 7036)

DECRETO LEGISLATIVO N. 278/85

prover, SHIRLEY DE JESUS RIBEIRO HALUCH, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Chefe de Gabinete da Liderança do PDS.

(Protoc. n. 7111)

DECRETO LEGISLATIVO N. 279/85

I - exonerar, a pedido, CARLOS ALBERTO GREELMANN, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Sérgio Spada.

II - prover, AIRES SPADA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Sérgio Spada.

(protoc. n. 6677)

DECRETO LEGISLATIVO N. 280/85

prover, SORAYA CHRISTINE DABUL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, de Datilógrafa, do Gabinete do Deputado Antônio Belinati, de acordo com o Art. 2.^o, da Lei n. 8124, de 08 de julho de 1985.

(Protoc. n. 6087)

DECRETO LEGISLATIVO N. 281/85

prover, GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO JÚNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, de Auxiliar de Serviços Externos, do Gabinete do Deputado Quielise Crisóstomo, de

acordo com o Art. 2.º, da Lei n. 8124, de 08 de julho de 1985.

(Protoc. n. 6226)

DECRETO LEGISLATIVO N. 282/85

prover, ANA CRISTINA CANORO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, de Datilógrafa, do Gabinete da Frente Liberal, de acordo com o Art. 2.º, da Lei n. 8124, de 08 de julho de 1985.

(Protoc. n. 5330)

DECRETO LEGISLATIVO N. 283/85

prover, ROMAULO SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, de Datilógrafo, do Gabinete da Liderança do PDT, de acordo com o Art. 2.º, da Lei n. 8124, de 08 de julho de 1985.

(Protoc. n. 6918)

DECRETO LEGISLATIVO N. 284/85

I - exonerar, a pedido, MARY DE OLIVEIRA LEON PETIT, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Gilberto Rezende de Carvalho.

II - exonerar, a pedido, MARIA VILLA DE CARVALHO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Gilberto Rezende de Carvalho.

III - prover, MARY DE OLIVEIRA LEON PETIT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Gilberto Rezende de Carvalho.

IV - prover, MARIA VILLA DE CARVALHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Gilberto Rezende de Carvalho.

(Protoc. n. 6907)

DECRETO LEGISLATIVO N. 285/85

prover, NARCISO JULIO DOS REIS ASSUMPÇÃO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, de Datilógrafo, do Gabinete do Deputado Paulo Cesar Fiates Furiatti, de acordo com o Art. 2.º, da Lei n. 8124, de 08 de julho de 1985.

(Protoc. n. 6834)

DECRETO LEGISLATIVO N. 286/85

I - exonerar, a pedido, MARIA APARECIDA MACHADO, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Annibelli.

II - prover MANOEL DIAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Annibelli.

(Protoc. n. 6697)

DECRETO LEGISLATIVO N. 287/85

I - autorizar, RUBERVAL FIGUEIREDO DA SILVA, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto

ao Gabinete da 2.ª Secretaria, a partir de 1.º de agosto de 1985, respeitando-se o teto fixado pelo Decreto Legislativo n. 16/85.

II - atribuir ao funcionário acima citado, a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da 2.ª Secretaria.

(Protoc. n. 5174)

DECRETO LEGISLATIVO N. 288/85

designar JOSÉ AFONSO COELHO, matrícula n. 391, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 1.ª Vice-Presidência, percebendo as vantagens inerentes, a partir de 1.º de julho de 1985.

(Protoc. n. 7043)

DECRETO LEGISLATIVO N. 289/85

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, item II e Art. 140, item I, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, CESAR AUGUSTO AGOSTINI PINTO NUNES, matrícula n. 594, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "B", referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescido de cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º e parágrafo único, da Resolução n. 2/64; cinco (05) quinquênios, incorporados e quatro (04) adicionais incorporados, de acordo com o Art. 170 e parágrafo único e Art. 171 e parágrafos 1.º e 2.º, respectivamente, da referida Lei n. 6174; Função Gratificada, símbolo 2-F, e cem por cento (100%) do respectivo vencimento, de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 6.º, da Lei Complementar n. 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n. 2003)

DECRETO LEGISLATIVO N. 290/85

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, item II, e Art. 140, item I, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, CLEA CARNEIRO TEIXEIRA, matrícula n. 261, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, Classe "A", Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescido de cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º, e parágrafo único, da Resolução n. 2/64; cinco (05) quinquênios incorporados e cinco (05) adicionais incorporados de acordo com o Art. 170 e parágrafo único e Art. 171, e §§ 1.º e 2.º, respectivamente, da referida Lei n. 6174, Função Gratificada, símbolo 1-F, de acordo com o Art. 140, item III, da mesma Lei, e cem por cento (100%), do respectivo vencimento, de gratificação pela prestação

de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 6.º, da Lei Complementar n. 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n. 3273)

DECRETO LEGISLATIVO N. 291/85

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, item II e Art. 140, item I, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, EUMÊNIA DE OLIVEIRA TRICHES, matrícula n. 469, ocupante do cargo de Secretário de Comissão "A", Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º e parágrafo único da Resolução n. 2/64; cinco (05) quinquênios incorporados e cinco (05) adicionais incorporados de acordo com o Art. 170 e parágrafo único e Art. 171, parágrafos 1.º e 2.º, referida Lei n. 6174; Função gratificada símbolo 1-F, de acordo com o Art. 140, item III da mesma Lei, e cem por cento (100%) do respectivo vencimento, de gratificação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, nos termos do Art. 6.º, da Lei Complementar n. 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n. 3275)

DECRETO LEGISLATIVO N. 292/85

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, item II, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, JOSÉ SUPPLY DE LACERDA, matrícula n. 314, ocupante do cargo de Dentista, Classe "B", referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes à simbologia DAS-4, de acordo com o Art. 140, item III, da mencionada Lei, acrescidos de cinco (05) triênios incorporados de acordo com o Art. 4.º e parágrafo único, da Resolução n. 2/64; cinco (05) quinquênios incorporados e quatro (04) adicionais incorporados, de acordo com o Art. 170 e parágrafo único e Art. 171. §§ 1.º e 2.º, respectivamente, da mesma Lei n. 6174; cem por cento (100%) do respectivo vencimento, de gratificação, pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 6.º, da Lei Complementar n. 21, de 26 de outubro de 1984, e um terço (1/3) do respectivo vencimento básico, de gratificação pela execução de trabalho especial, com risco de vida ou saúde, na forma do disposto no item V, da referida Lei n. 6174, combinado com o Art. 4.º, do Decreto n. 14.177, de 19 de fevereiro de 1964.

(Protoc. n. 4776)

DECRETO LEGISLATIVO N. 293/85

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, item II, § 1.º e Art. 140, item III, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970,

MARIA MENEGUSSO, matrícula n. 562, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes à simbologia DAS-5, acrescidos de cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º e parágrafo único, da Resolução n. 2/64; cinco (05) quinquênios incorporados, de acordo com o Art. 170 e parágrafo único, da referida Lei n. 6174, e cem por cento (100%) do respectivo vencimento, de gratificação, pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 6.º, da Lei Complementar n. 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n. 6543)

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",
em 01 de agosto de 1985.

(aa) NILSO ROMEU SGUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY

1.º Secretário

QUIELSE CRISÓSTOMO

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 294/85

I - exonerar, a pedido, DINOERSI GROSSI MAIA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Jorge Maia.

II - prover, JOSÉ BATISTA BUENO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Jorge Maia.

(Protoc. n. 7115)

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",
em 10 de agosto de 1985.

(aa) NILSO ROMEU SGUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY

1.º Secretário

QUIELSE CRISÓSTOMO

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 295/85

prover, RAQUEL POLICENO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Nilso Romeu Sguarezi, de acordo com a Lei n. 8124, de 08 de julho de 1985.

(Protoc. n. 7829)

DECRETO LEGISLATIVO N. 296/85

I - exonerar, a pedido, JOSÉ MIRANDA NETO, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Hermas Brandão.

II - prover, GILMARA FRANCO DE PRODESTÁ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Hermas Brandão.

(Protoc. n. 7652)

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",
em 15 de agosto de 1985.

(aa) NILSO ROMEU SGUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY
1.º Secretário
QUIELSE CRISÓSTOMO
2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 297/85
prover, MARIA MENEGUSSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Francisco Escorsin.
(Protoc. n. 7788)

DECRETO LEGISLATIVO N. 298/85
prover, RUBIN PILGER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, de Auxiliar de Serviços Externos, do Gabinete do Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, de acordo com a Lei n. 8124/85.
(Protoc. n. 7672)

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",
em 19 de agosto de 1985.

(aa) NILSO ROMEU SGUAREZI
Presidente
ANIBAL KHURY
1.º Secretário
QUIELSE CRISÓSTOMO
2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 299/85
prover, LINEU ARAUJO LIMA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, de Datilógrafo, do Gabinete do Deputado Mário Pereira, de acordo com o Art. 2.º, da Lei n. 8124/85.

(Protoc. n. 6947)

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",
em 20 de agosto de 1985.

(aa) NILSO ROMEU SGUAREZI
Presidente
ANIBAL KHURY
1.º Secretário
QUIELSE CRISÓSTOMO
2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N. 301/85
aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, item II, § 1.º e Art. 140, item I, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, MAI FAIR PERINE, matrícula n. 187, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondente ao seu cargo efetivo, acrescidos de cinco (05) triênios incorporados de acordo com o Art. 4.º e parágrafo único, da Resolução n. 2/64, cinco (05) quinquênios incorporados, de acordo com o Art. 170 e parágrafo único, da referida; Função Gratificada símbolo 2-F, nos termos do Art. 140, item III, da mesma Lei e cem por cento (100%) do respectivo vencimento, de Gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 6.º, da Lei Complementar n. 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n. 6928)

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",

em 22 de agosto de 1985.

(aa) NILSO ROMEU SGUAREZI
Presidente
ANIBAL KHURY
1.º Secretário
QUIELSE CRISÓSTOMO
2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 303/85
prover, SANDRA YARA DO NASCIMENTO MARTINS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Deputada Ironi Pugliesi.
(Protoc. n. 7879)

DECRETO LEGISLATIVO N. 304/85
mandar pagar a MARIA ROSA SALDANHA BARROS, viúva do ex-funcionário deste Poder, BOLIVAR CAMARGO BARROS, a importância correspondente a um mês de provento, a título de auxílio funeral, nos termos do Art. 205 e §§, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. n. 7094)

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",
em 27 de agosto de 1985.

(aa) NILSO ROMEU SGUAREZI
Presidente
ANIBAL KHURY
1.º Secretário
QUIELSE CRISÓSTOMO
2.º Secretário

Portarias:

PORTARIA N. 343/85

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

- I - revogar a Portaria n. 062/85.
- II - designar SERES SALETE CORSO, contratada deste Poder, para prestar serviços na Diretoria Administrativa.
- III - revogar a Portaria n. 019/82.
- IV - designar CARMEM LAGO ARAGÃO, contratada deste Poder, para prestar serviços na Diretoria Administrativa.

PORTARIA N. 344/85

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n. 603/84, ao funcionário OSVALDO MARQUES, matrícula n. 380, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n. 6743)

PORTARIA N. 345/85

transferir para o período de 1.º a 30 de dezembro do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n. 603/84, ao funcionário HILTON RONALD ALICE, matrícula n. 044, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n. 6494)

Gabinete da Diretoria Geral,
em 29 de julho de 1985.

(a) ÊNIO SANTÂNGELO MALHEIROS
Diretor Geral

PORTARIA N. 346/85

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de WILSON KAIEL, matrícula n. 436, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 5.º quinquênio, período compreendido entre 12 de março de 1981 e 12 de janeiro de 1985, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4.º quinquênio e das férias de 1981, 1982, 1983 e 1984, contadas em dobro.

(Protoc. n. 5642).

PORTARIA N. 347/85

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MARILU FANCHER BECKER, matrícula n. 438, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 6.º quinquênio, compreendido entre 18 de dezembro de 1979 e 18 de novembro de 1983, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 5.º quinquênio e das férias referentes as Portarias ns. 315 e 417/84, contadas em dobro.

(Protoc. n. 5701).

PORTARIA N. 348/85

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174 de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o período das férias, conforme especifica:

LUIZ FERNANDO TATARA RIBAS - Mat. 145	
	2 meses 1984
DARCI KLIEMANN - Mat. 493	
	2 meses 1984
BERTOLDO SCHWARZBACH - Mat. 306	
	2 meses 1984

(Protocs. ns. 6362, 6410 e 6415/85)

Gabinete da Diretoria Geral,
em 30 de julho de 1985.

ÊNIO SANTÂNGELO MALHEIROS
DIRETOR GERAL

PORTARIA N. 349/85

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de FERNANDO JOSÉ PUPPI, matrícula n. 327, ocupante do cargo de Médico, Classe "C", referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de dois (02) anos, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 1.º e 2.º decênio, compreendido entre 16 de janeiro de 1963 e 16 de janeiro de 1982, antecipado em razão da incorporação correspondente à licença especial ao 1.º decênio, ora contado em dobro.

(Protoc. n. 6686)

PORTARIA N. 350/85

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MAURÍCIO GONÇALVES, matrícula n. 152, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1984, que deixou de gozar.

(Protoc. n. 6638).

PORTARIA N. 351/85

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de NILTON BUSATO, matrícula n. 317, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "D", referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4.º quinquênio, compreendido entre 15 de março de 1978 e 15 de julho de 1982, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3.º quinquênio e das férias de 1966 e 1981, contadas em dobro.

(Protoc. n. 6186).

PORTARIA N. 352/85

conceder à funcionária TEREZINHA DE LOURDES R. LEAL, contratada deste Poder, licença maternidade, de acordo com o Art. 392, § 1.º, da Consolidação das Leis do Trabalho, no período compreendido entre 1.º de agosto a 23 de outubro de 1985.

(Protoc. n. 7035).

PORTARIA N. 353/85

conceder à funcionária LILIAN MARY DOS SANTOS REBELLO, matrícula n. 437, ocupante do cargo de Taquígrafo A, do Quadro de

Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referente ao exercício de 1985, a partir de 1.º de agosto de 1985.

(Protoc. n. 6922).

Gabinete da Diretoria Geral,
em 01 de agosto de 1985.

ÊNIO SANTÂNGELO MALHEIROS
DIRETOR GERAL

PORTARIA N. 354/85

I - revogar o item II, da Portaria n. 097/85, que designou para prestar serviços na Diretoria de Assistência ao Plenário, a funcionária JULCIMARA RIBEIRO DA COSTA, ora à disposição deste Poder; e,

II - designar a referida servidora, para prestar serviços na Diretoria de Serviços Especiais, junto a Coordenadoria de Fórum de Debates.

III - designar WANDERLEY BELLINATI, contratado deste Poder, para prestar serviços na Diretoria Administrativa.

PORTARIA N. 355/85

designar LIONES ROCHA, contratada como Jornalista, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do PDT.

(Protoc. 6786).

PORTARIA N. 356/85

conceder à funcionária DOROTI WOLKMER LINHARES, matrícula n. 088, ocupante de Consultor Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referente ao exercício de 1985, a partir de 05 de agosto de 1985.

(Protoc. 7077).

PORTARIA N. 357/85

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n. 603/84, à funcionária LIGIA MARIA DA SILVA, matrícula n. 186, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "D", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 6906).

Gabinete da Diretoria Geral,
em 07 de agosto de 1985.

ÊNIO SANTÂNGELO MALHEIROS
DIRETOR GERAL

PORTARIA N. 358/85

designar PEDRO ÁLVARES DOS SANTOS, matrícula n. 084, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do PDT.

(Protoc. 7384).

PORTARIA N. 359/85

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo público de CENIRA SILVEIRA DA COSTA, matrícula n. 308, ocupante

do cargo de Oficial Legislativo Classe "A", referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 5.º quinquênio, período compreendido entre 02 de setembro de 1979 e 02 de setembro de 1983, antecipado em razão da incorporação e das férias de 1980, 1981 e 1982, contadas.

(Protoc. 6663).

PORTARIA N. 360/85

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo público de JOSÉ CARLOS JANJÃO, matrícula n. 559, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "B", referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4.º quinquênio, compreendido entre 28 de abril de 1981 e 28 de junho de 1985, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3.º quinquênio e das férias de 1983 e 1984, contadas em dobro.

(Protoc. n. 5888).

PORTARIA N. 361/85

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de DARCI KLIEMANN, matrícula n. 493, ocupante do cargo de Dentista, Classe "B", Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondentes ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 5.º quinquênio, período compreendido entre 31 de março de 1980 e 31 de maio de 1984, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4.º quinquênio e das férias de 1982 e 1983, contadas em dobro.

(Protoc. 6411).

Gabinete da Diretoria Geral
em 08 de agosto de 1985.

ÊNIO SANTÂNGELO MALHEIROS
DIRETOR GERAL

PORTARIA N. 362/85

I - revogar a Portaria n. 550/84, que designou para prestar serviços na Coordenadoria das Comissões, o funcionário EDICÉSAR FERNANDO ROCHA, contratado deste Poder; e,

II - designar o referido funcionário, para prestar serviços na Coordenadoria de Promoções Especiais, da Diretoria de Serviços Especiais.

(Protoc. 7499).

PORTARIA N. 363/85

conceder à funcionária RUTE DDA SILVA LOPES, matrícula n. 226, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1985, a partir de 1.º de agosto de 1985.

(Protoc. 6891).

PORTARIA N. 364/85

I - constituir Comissão de Sindicância, composta pelos funcionários: HONORINO LUIZ COLLA, RONALDO BAPTISTA e JONAS ZAMPIER, para sob a presidência do primeiro, apurar fatos irregulares atribuído ao funcionário ALMIR OLIVEIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, desta Assembléia Legislativa, de acordo com os termos do protocolado n. 7449/85, do Gabinete da Presidência e, na forma do Art. 307 e seguintes da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970.

II - afastar, temporariamente o referido funcionário, das funções de Chefe do Setor Copiadora, da Diretoria Administrativa, enquanto perdurar a referida comissão.

(Protoc. 7449).

Gabinete da Diretoria Geral,
em 12 de agosto de 1985

ÊNIO SANTÂNGELO MALHEIROS
DIRETOR GERAL

PORTARIA N. 365/85

designar JULCIMARA RIBEIRO DA COSTA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Augusto Carneiro.

(Protoc. 7618).

PORTARIA N. 366/85

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n. 603/84, à funcionária LIDIA MUCHINSKI, matrícula n. 487, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 7498).

PORTARIA N. 367/85

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n. 603/84, ao funcionário ILSON ESTEVÃO DE ALMEIDA, matrícula n. 045, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 7104).

PORTARIA N. 368/85

transferir para o período de 07 de outubro a 05 de novembro do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n. 603/84, à funcionária PAULA GREIFFO COUTINHO, matrícula n. 004, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, do Quadro de Pessoal da

Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n. 7465).

PORTARIA N. 369/85

designar GERSON EVANGELISTA PASSOS, matrícula n. 336, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da 2.ª Secretaria.

(Protoc. n. 6869).

Gabinete da Diretoria,
em 14 de agosto de 1985.

ÊNIO SANTÂNGELO MALHEIROS
DIRETOR GERAL

PORTARIA N. 370/85

Constituir Comissão Especial, integrada pelos funcionários CELSO ARAÚJO JÚNIOR; VALMOR MARCELINO, WILSON PENKA, GIÁCOMO BASSI e EURICO H. SCHOENARDIE, para elaborar projeto de interiorização do Legislativo Estadual, nos termos do requerimento apresentado pelos senhores Deputados FERRARI JÚNIOR, TADEU BENTO FRANÇA e NILSO ROMEU SGUAREZI, aprovado em Sessão Plenária de 20 de agosto de 1985, conforme solicitação do senhor Presidente deste Poder.

PORTARIA N. 371/85

designar WILSON RAMOS, matrícula n. 137, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Coordenadoria das Comissões, da Diretoria Legislativa.

(Protoc. n. 7775).

Gabinete da Diretoria Geral,
em 20 de agosto de 1985.

ÊNIO SANTÂNGELO MALHEIROS
DIRETOR GERAL

PORTARIA N. 372/85

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de GENI CARNEIRO, matrícula n. 284, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "C", Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 6.º quinquênio, período compreendido entre 29 de janeiro de 1981 e 29 de janeiro de 1985, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 5.º quinquênio e das férias de 1981, 1982 e 1983, contadas em dobro.

(Protoc. n. 6856).

PORTARIA N. 373/85

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.

6742, de 03 de novembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o período das férias, conforme especifica:

ALBINO DE BRITO FREIRE - Mat. 055	2 meses	1984
JOSÉ TARQUINO ISFER - Mat. 125	2 meses	1984
IZAIR PEREIRA FLORES - Mat. 206	2 meses	1984

(Protocs. ns. 5016, 6696 e 6850/85).

PORTARIA N. 374/85

mandar contar, para efeito de aposentadoria, nos termos da Lei n. 7634, de 13 de janeiro de 1982, regulamentada pelo Decreto n. 5434, de 16 de setembro de 1982, em favor de MAI FAIR PERINE, matrícula n. 187, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) anos, quatro (04) meses e quinze (15) dias, compreendido entre 1.º de dezembro de 1949 e 17 de março de 1951 e entre 1.º de dezembro de 1957 e 28 de dezembro de 1962, de serviços prestados em atividade regida pela Lei Federal n. 3807, de 26 de agosto de 1960.

(Protoc. n. 6928).

Gabinete da Diretoria Geral,
em 21 de agosto de 1985.

ENIO SANTÂNGELO MALHEIROS
DIRETOR GERAL

PORTARIA N. 375/85

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n. 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o período das férias conforme especifica:

LIGIA MARIA DA SILVA - Mat. 186	2 meses	1984
GENI CARNEIRO - Mat. 284		
CELI EUCLEA GALLIANO - Mat. 415	2 meses	1984
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Mat. 512	2 meses	1984
ILSON ESTEVÃO DE ALMEIDA - Mat. 045	2 meses	1984
JOUBERTH DA SILVA SANTOS - Mat. 037	2 meses	1984
	4 meses	1983/1984

(Protocs. ns. 6706, 6858, 6870, 6936, 7038 e 7615/85).

Gabinete da Diretoria Geral,
em 22 de agosto de 1985.
ENIO SANTÂNGELO MALHEIROS
DIRETOR GERAL